

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Julio Cesar Gonçalves

**PODER LOCAL E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
O PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO DE SOROCABA.**

Sorocaba/SP
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Julio Cesar Gonçalves

**PODER LOCAL E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
O PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO DE SOROCABA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientador: Prof. Dr.
Jorge Luis Cammarano González**

Sorocaba/SP
2006

Julio Cesar Gonçalves

**PODER LOCAL E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
O PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO DE SOROCABA**

**Dissertação aprovada como
requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre no Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade de Sorocaba.**

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

1º Exam.: Jefferson Carriello do
Carmo – Professor Doutor - Uniso

2º Exam.: José Luís Sanfelice
Professor Doutor - Uniso

Dedico este trabalho às minhas filhas Januária, Morena (in memoriam) e Cecy, pois elas foram, têm sido e sempre serão a força que me faz tocar em frente, mesmo quando forças me faltam e os caminhos parecem sumir sob meus pés.

AGRADECIMENTOS

Nesta relativamente longa jornada para a conclusão deste trabalho, muitas pessoas me ajudaram bastante. Gostaria inicialmente de agradecer ao colegiado do programa de Mestrado em Educação, que soube compreender os problemas que me impossibilitaram, emocional e intelectualmente, de cumprir o prazo estabelecido. Agradeço também aos integrantes da banca de qualificação, professores-doutores Luiz Carlos Barreira e José Luís Sanfelice, pelas observações que muito me ajudaram a acertar melhor o foco deste trabalho.

Agradeço aos amigos, todos, que souberam entender a necessidade de recolhimento nesta reta final e beberam por mim (mano Mé, Nilson, Nilo, Edna, Simone...). Ao povo (professor Gaspar, Vilma, Osmar, Gisele, Mônica, Léo...) que me ajudou a dar o retoque necessário – correção, normalização, tradução, recuperação de arquivos perdidos, essas coisas... – para a finalização deste trabalho. E aos meus alunos, por me instigarem a querer aprender sempre, com eles e por eles.

Agradeço muito ao professor Aldo e à dona Rose, pela força que me deram para que eu conseguisse passar pelo autêntico *tsunami* existencial que me acompanhou durante a realização deste estudo.

Mas quero deixar um agradecimento muito especial ao meu orientador. Foi graças a ele que consegui encontrar o caminho, manter o ânimo mesmo quando desanimado, terminar o que comecei... Nossas orientações não foram pautadas pela rigidez de cronogramas, encontros pontuais e coisas do gênero. Mas sempre foram profícuas, por suas indicações precisas, pelas palavras corretas, pela sinalização orientadora. Acredito que, com ele, ganhei muito. Como gente, como professor, como aluno e, também, como corinthiano: agora eu também tenho, como *santo protetor*, um *são Jorge*!

Só através da riqueza objetivamente revelada da natureza humana é que a riqueza da sensibilidade subjetiva humana – o ouvido para a música, o olho para detectar a beleza da forma, em suma, os sentidos passíveis de satisfação humana – pode ser cultivada ou criada.

Karl Marx

RESUMO

A presente dissertação inscreve-se na linha de pesquisa *Instituição Escolar: políticas e práticas* e tem como objeto de estudo o primeiro ginásio público de Sorocaba. Ele surgiu no fim da Primeira República, em um momento marcado por transições econômicas, políticas, sociais e por dois momentos de significação na história da educação escolar brasileira, o entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico. Este trabalho, elaborado com base em consultas feitas principalmente em jornais, insere a criação da escola naquele contexto e tenta demonstrar que, na educação escolar, ao contrário do que ocorre social, política e economicamente, a cidade não parece refletir exatamente o que acontece em dimensão nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. História. Escola pública. Ensino secundário. Educação e Estado – Sorocaba (SP)

ABSTRACT

The dissertation is inscribed in the research line entitled “Scholar Institution: Policies and Practices” of the University of Sorocaba Master Program and has as an objective Sorocaba’s first public gym. It has appeared at the end of the First Republic, in a moment marked by economical, political and social transition and by two moments of signification in the history of the Brazilian scholar education, the educational enthusiasm and pedagogic optimism. This paper has been mainly based on local newspapers research and it introduces the creation of school in the context, trying to demonstrate that in scholar education, unlikely what happens socially, politically and economically, the city does not seem to reflect exactly what happens nationally.

Key word: Education. History. Public School. High School. Education and State. Sorocaba –(SP).

Ficha Catalográfica

G626p Gonçalves, Júlio César
Poder local e educação na primeira república: o primeiro ginásio público de Sorocaba / Júlio César Gonçalves – Sorocaba, SP, 2006. 97f.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Cammarano González

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2006.

1. Educação – Sorocaba (SP) - História. 2. Escola pública – Sorocaba (SP) - História. 3. Ensino secundário – Sorocaba (SP) - História. 3. Educação e Estado – Sorocaba (SP). 3. I. Cammarano González, Jorge Luis, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	14
2.1 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR.....	14
2.2 SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO.....	20
a) Política.....	21
b) Econômica.....	23
c) Formação Social.....	26
2.3 ENTUSIASMO E OTIMISMO.....	27
3 A EDUCAÇÃO EM SOROCABA	33
3.1 O ENSINO PRIMÁRIO.....	33
3.2 O ENSINO SECUNDÁRIO.....	37
3.3 A POLÍTICA EM SOROCABA.....	41
3.4 A ECONOMIA SOROCABANA.....	49
3.5 FORÇAS SOCIAIS.....	55
4 O GINÁSIO MUNICIPAL	58
4.1 A PRIMEIRA LEI.....	58
4.2 MUNICIPALIZAÇÃO.....	63
4.3 ESCOLA É PROGRESSO.....	73
4.4 UM GINÁSIO, ENFIM, GRATUITO.....	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

O objetivo inicial deste estudo era o de pesquisar a participação da Escola Estadual *Julio Prestes de Albuquerque* na formação da classe que ocupava o poder político e econômico em Sorocaba na última década do século passado. Além de se articular a uma das linhas de pesquisa do Mestrado desta Universidade, refiro-me à linha *Instituição Escolar: políticas e práticas*, um estudo com esse enfoque poderia trazer subsídios para comprovar ou não uma idéia reforçada por um arraigado senso comum: o de que o *Estadão*, como aquela instituição escolar é popularmente chamada, representou um modelo ideal de escola pública e contribuiu decisivamente para a instrução de parte da elite local.

Tal percepção vinha induzida por um padrão de pensamento amplamente difundido na sociedade sorocabana. Em editorial publicado em 1977, comentando o início das manifestações pelo Jubileu de Ouro da escola, o jornal *Cruzeiro do Sul* (5 ago. 1977, pág 4) manifesta que “O *Estadão* tem sido, ao longo de seus cinquenta anos de existência, o reduto formador pelo qual passaram centenas e centenas de sorocabanos, uma elite, poderíamos dizer sob diversos pontos de vista”. Duas décadas depois, outro jornal local, *Diário de Sorocaba*, ao comentar os 70 anos da instituição, faz a afirmação de que

em praticamente todas as suas turmas, pelo menos até a década de 70, encontram-se nomes que ficaram ligados à história local com muitos, inclusive, tendo chegado a prefeito da cidade. E se nem todos os que por ali passaram foram bafejados pela sorte de uma carreira brilhante, pelo menos uma coisa tiveram em comum: o aprendizado em uma escola pública reconhecida e respeitada pelo seu rigor acadêmico e disciplina (25 ago.1998, p. 4)

Contudo, dada à amplitude do tema, fui orientado no sentido de procurar focar minha atenção na origem da escola, a fim de melhor apreensão do meu objeto de estudo pois, tendo em vista a escassez de material histórico sobre aquela instituição, haveria, certamente, necessidade de procurar situar o primeiro ginásio público no contexto histórico em que ele foi produzido. Além do que, como o referencial metodológico adotado para a presente abordagem entende que uma investigação social torna-se difícil se não tiver clara a idéia de conceitos como estrutura das formações sócio-econômicas, modos de produção, classes sociais, etc. (TRIVIÑOS,

1995), a articulação entre esses elementos seria fundamental para entender o contexto em que surgiu aquela escola.

A proposta inicial, a partir daí, felizmente sofreu radical transformação. Ao estreitar o foco para o período histórico de origem da escola, ampliei minha visão para o verdadeiro papel representado pela educação escolar na sociedade brasileira daquela época e pelo momento de significação histórica que se estava produzindo no campo educacional, ao mesmo tempo em que se criava em Sorocaba o primeiro ginásio público. Foi a leitura de um dos livros indicados, *Educação e Sociedade na Primeira República*, de Jorge Nagle (1976, 1ª reimpressão), que chamou minha atenção para esse fato. E foi também a partir de uma ressalva feita por ele na referida obra que o objetivo desta dissertação ganhou outro rumo.

A ressalva diz respeito ao fato de que as transformações ocorridas na sociedade brasileira ao final da década de 1920, e que caracterizariam a mudança de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, não se verificaram de forma homogênea. Escreveu Nagle (1976, p. 98)

Esses requisitos não se fixaram na sociedade brasileira como um todo, pois as transformações se deram mais em determinados Estados ou regiões, e menos, ou quase nada, em outros. Aliás, é essa ocorrência desigual que vai provocar a discussão da tese dos dois “brasis”, já perfeitamente bem delimitada ao final da Primeira República.

A partir dessa ressalva, a nova questão que se colocou foi a de tentar identificar Sorocaba nesse processo para saber em qual dos “brasis” a cidade se situava quando foi implantado o seu primeiro ginásio público. E algumas similaridades nos campos político, econômico e social puderam ser observadas.

Em dimensão nacional, a transformação social era representada pela mudança de um modelo agrário-exportador para um sistema industrial e urbano; pelos abalos verificados na representatividade política da época, baseada na retenção do poder por uma minoria representante da oligarquia rural herdada do Império; pelo verdadeiro surgimento de um *povo*, novo agente a interferir nas relações sociais. Eram reflexos da nova face que o capitalismo assumia no país, embalados por uma ideologia nacionalista e liberal que deixarão raízes profundas no pensamento brasileiro.

Tais fatos, de certa forma, pareciam se reproduzir em Sorocaba. A cidade já tinha um perfil caracteristicamente urbano, consolidava sua tradição industrial e mercantil, tinha um operariado de certa forma organizado e, no terreno político, a força de um antigo chefe político estava sendo posta em xeque por um grupo social que emergia economicamente.

Mas o mesmo parecia não se verificar no campo educacional, embora aparentemente Sorocaba de certa forma reproduzisse a dimensão nacional no tocante à difusão da instrução escolar pública, restrita ao ensino primário e alfabetizante. E para comprovar essa que passou a ser a principal finalidade deste trabalho, identifiquei na obra de Nagle duas categorias de análise – o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico*, que definiremos mais detalhadamente no Capítulo I – como instrumentos para melhor estabelecer um diálogo entre o geral e o particular, em busca de compreender como essas duas categorias, classificadas pelo autor como dois momentos de significação na história da educação brasileira, se fizeram presentes na sociedade local e, particularmente, na fundação do ginásio.

E o que se ressalta, dessa aproximação, é que, embora política, econômica e socialmente o particular pareça reproduzir o geral, no terreno educacional o que se percebe, a nível local, é a *predominância* de um momento de significação histórica que já não *predomina* no cenário nacional. Enquanto o *otimismo pedagógico* vai ascendendo ao debate brasileiro, colocando os assuntos pedagógicos em primeiro plano nas discussões e restringindo os temas educacionais aos *técnicos*, em Sorocaba uma escola, o *Estadão*, torna-se o centro do debate político. E tanto em padrões de pensamento como em padrões de realização, as idéias e práticas dos homens públicos sorocabanos aproximam a sociedade local ao *entusiasmo pela educação*, caracterizado pela defesa da difusão de escolas e pelo debate educacional fortemente centralizado no campo político, que estava ficando em segundo plano em dimensão nacional.

É o que se pretende demonstrar aqui.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, fazemos uma abordagem da educação na Primeira República, articulada com as transformações econômicas, políticas e sociais que acontecem naquele período. Ressaltam-se aqui as justificativas para trabalhar com as duas categorias de análise produzidas por Nagle, bem como a contextualização da escola secundária naquele momento

histórico e de que forma elas vão se manifestar na categorização apresentada acima.

O capítulo II aborda as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que cercam o primeiro ginásio público sorocabano, acentuando-se a dinâmica político-partidária como um fator condicionante da institucionalização da educação escolar secundária e pública. É aqui que se ressaltam o confronto político na cidade e as contradições que ele encerra – para a derrubada de um representante da oligarquia local, as forças políticas progressistas se apóiam em um oligarca regional que nacionalmente está sendo contestado e será deposto, marcando o fim da República Velha. Também se evidenciam neste capítulo, de forma sucinta, a formação econômica de Sorocaba, na qual indústria e comércio têm grande expressividade, e as forças sociais que se manifestam, em busca de mostrar as similaridades que ocorrem entre o geral e o particular

O último capítulo se prende mais aos fatos históricos que cercam a criação do primeiro ginásio público sorocabano. É preciso deixar claro que não se vai fazer aqui um aprofundamento histórico sobre as origens da escola e sim construir, a partir das fontes pesquisadas, principalmente jornais, argumentações que busquem comprovar a percepção de que faltou sintonia, no campo educacional, entre o local e o nacional no momento em que a educação brasileira produzia um dos seus mais significativos momentos. Procuramos identificar aqui os padrões de pensamento e de realização que serviram como fundamento para a criação da escola e o papel desempenhado pelo ginásio como mediador de um confronto político, bem como abordamos aspectos relacionados à educação local. E avançamos sobre o período cronológico historicamente recortado, por conta do entendimento de que a implantação do primeiro ginásio público e gratuito local é um processo que só se encerra oito anos após a efetiva criação da escola, quando o *Estadão* vai ser oficializado e tornar-se uma escola pública e gratuita – gratuidade que só vai ser estendida à classe trabalhadora quase 30 anos depois da fundação dessa instituição escolar.

As fontes pesquisadas, no que diz respeito à história do ginásio, como já nos referimos, foram principalmente os jornais da época. Pesquisas nos acervos do Gabinete de Leitura Sorocabano, das hemerotecas das bibliotecas Municipal e Aluísio de Almeida e dos jornais locais, principalmente o *Cruzeiro do Sul*, que tem um *Projeto Memória* que hoje se constitui em uma preciosa fonte de consulta,

ajudaram muito, sobretudo para consultas aos exemplares do Correio Sorocabano e Cruzeiro do Sul, que foram os principais meios de expressão dos padrões de pensamento das classes políticas em litígio. Muito colaboraram também, além da bibliografia de autores já reconhecidos, as recentes publicações locais sobre a história de Sorocaba. Elas abordam a cidade em seus mais variados aspectos – embora nos campos da Educação e Política note-se uma grande lacuna – o que ajudou a entender melhor as peculiaridades da sociedade sorocabana no início da República.

Acreditamos que esse trabalho pode ajudar a situar Sorocaba naquele momento de transformação estrutural por que passava o Brasil, respondendo assim à questão levantada a partir da ressalva feita por Nagle sobre a ocorrência desigual dessa mudança. Mas essa certeza vem acompanhada por uma dúvida: teria sido o primeiro ginásio público de Sorocaba um exemplo de *entusiasmo tardio*?

A resposta talvez possa ser encontrada nas páginas que se seguem.

2 EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Neste primeiro capítulo abordamos aspectos que caracterizam a educação na Primeira República. Buscamos delinear os processos de organização escolar referenciados em várias propostas de reforma do sistema educacional. Também destacamos as transformações políticas, econômicas e sociais que marcam este período. A seguir detemos nossa atenção nas categorias *entusiasmo pela educação* e *otimismo pedagógico* que buscam analiticamente explicar a dinâmica do processo educacional. Cabe observar que essas categorias são importantes para a investigação do nosso objeto de pesquisa, isto é, a formação do primeiro ginásio público de Sorocaba: a Escola Estadual *Julio Prestes de Albuquerque*, o *Estadão*.

2.1 Organização escolar

Um dos pontos de partida para se compreender o desenvolvimento do sistema educacional durante a Primeira República é a forma como se concretizou o regime federativo no Brasil nesse campo. Como observa Elza Nadai,

O novo regime político trouxe em seu bojo, implantado pela sua primeira Constituição, uma divisão de competência entre os planos federal e estadual visando à organização da instrução pública. O Congresso Federal se reservou, não privativamente, a atribuição de legislar e criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados e prover a instrução no Distrito Federal, antigo Município Neutro. Transferiu outrossim aos estados a competência de organizar a instrução primária e simultaneamente permitiu a possibilidade destes criarem outras instituições de ensino que não abrangessem somente o nível fundamental. (NADAI, 1987, p. 25)

Essa divisão de competências na organização e implantação de um sistema educacional, que havia sido delineada desde o Império, produziu, na visão de Jorge Nagle, um fenômeno muito curioso na história brasileira: a centralização das decisões no campo da instrução escolar acabou reforçando os laços econômico-sociais que historicamente estavam fortemente estruturados na sociedade e que o federalismo parecia buscar combater:

[...] com a passagem do regime monárquico para o republicano, ocorreu a libertação das antigas províncias do poder central, com exceção das atribuições no domínio da escolarização, pois, aqui, foi mantido o mesmo modelo elaborado no período imperial. Não sendo possível a centralização política ou econômica, o novo regime apegou-se à centralização 'cultural', mantendo a escola secundária e superior dentro de sua exclusiva esfera jurisdicional. Por meio desse expediente, e de forma muito mais ostensiva e duradoura, os valores da sociedade imperial permaneceram e influenciaram os destinos da República brasileira. (NAGLE, 1976, p. 127).

Daí resultou, também, uma assimetria na estruturação e implantação de um sistema público de instrução escolar entre os estados da Federação e também entre os níveis de ensino:

A consequência dessa política foi, sem dúvida, a perpetuação da precariedade da escola primária, tanto do ponto de vista de sua qualidade, como da sua expansão. Consolidava, ainda, a tremenda disparidade dessa espécie de atendimento escolar nas várias regiões do país, presente durante todo o Período Imperial. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 105)

Desse modo, enquanto na região Sudeste se verificava maior pressão social e condições materiais favoráveis à ampliação do sistema escolar, no Norte e Nordeste não se sentia a instrução popular como uma necessidade, nem se pressionava pela sua difusão. Enquanto os Estados agiam na transformação do ensino primário e normal, principalmente, e profissional, a União revelava exagerada moderação em alterar o ensino secundário e superior. (NAGLE, 1976)

Ainda assim, mesmo levando-se em conta a necessidade de maiores cuidados com os dados estatísticos da época, é possível observar, durante a Primeira República, um progresso na extensão do ensino primário. Segundo Leôncio Basbaum, em 1889 os alunos matriculados nas escolas primárias correspondiam a 12% da população em idade escolar; em 1930, esse percentual havia subido para cerca de 30%. Em 1907, havia 12.448 escolas primárias, entre oficiais e particulares, no país; em 1929, 16.897. Porém essa ampliação quantitativa não representou uma melhoria qualitativa no grau de instrução da população brasileira como um todo:

Na verdade, esses números exprimem muito pouco a realidade. O que realmente importa é saber que em 1930 o nosso país figurava nas estatísticas, em matéria de alfabetização, entre os mais atrasados do mundo,

ao lado da Índia, do Egito, do Paraguai e do Equador, com 75% de analfabetos. (BASBAUM, 1997, p. 194)

Já o ensino secundário, observa Basbaum, estava melhor servido numérica e proporcionalmente porque era, como no Império, privilégio de colégios particulares. De fato, dos 1.130 estabelecimentos secundários existentes no país ao final da Primeira República, excluindo-se escolas profissionalizantes, 1.090 eram particulares, seis federais, 24 estaduais e dez municipais. Somando-se todos, estavam matriculados 83.190 alunos, mais que o dobro do total verificado em 1907, 30.426, ainda assim um percentual baixo para um país com população de 37 milhões de habitantes. E cerca de 90% das matrículas eram em escolas privadas.

Mas essa expansão, mesmo que da rede privada – que, na visão de Xavier, Ribeiro e Noronha, teria sido facilitada pela liberdade de culto advinda da laicização do ensino público, a grande inovação do período, - se fez sob o controle político da União. Embora fossem de competência do Congresso Nacional, conforme o estabelecido pela constituição de 1891, as reformas nas escolas secundária e superior foram iniciativa do Poder Executivo, que não abdicou de suas funções normativas e fiscalizadoras sobre elas. Desse modo, tanto o Colégio Pedro II como as escolas federais ditavam os padrões a todas as escolas superiores e secundárias do país:

Mesmo quando foi adotado o regime da equiparação às federais, das escolas secundárias e superiores estaduais e particulares, essa medida aparentemente descentralizadora acabou por fechar mais o cerco centralizador da União, pois a contrapartida de tal regalia se encontrava na obrigação do atendimento total das normas federais. (NAGLE, 1977, p. 277)

Esse controle se fez através de uma série de mudanças produzidas ao longo da Primeira República. Nessa perspectiva, importa salientar que as reformas da escola superior e da escola secundária sempre se processaram simultaneamente, pois ambas eram consideradas instituições inseparáveis, como se formassem um subsistema autônomo no sistema escolar brasileiro.

É importante também destacar aqui o conceito de ensino secundário. Em artigo sobre sua pesquisa de doutorado acerca das reformas curriculares do ensino médio em 1990, Zotti aborda a questão para demonstrar a função do Colégio Pedro II, primeira instituição escolar a usar legalmente o nome de *secundário*, na

organização desse tipo de instrução escolar. Literalmente, a expressão *ensino secundário* denomina “um grau ou nível no processo educativo, e dessa forma, teria ela o significado de ensino médio, segundo grau ou pós-primário”. Sua origem pode ser identificada na França, durante a Revolução, quando começou a ser empregada uma qualificação a dois dos graus do processo de educação – o *primário*, para a infância, e o *secundário*, para a adolescência. Posteriormente, passaram a denominar tipos específicos de ensino que, no Brasil, “têm sido chamados de colégios, liceus, ginásios, institutos, ateneus” (SILVA, 1969, Apud ZOTTI, 2005)

De acordo com Nagle, fundamentalmente foram seis as ocasiões em que se procedeu, durante a Primeira República, a reorganização do ensino secundário e superior, a contar da Reforma Benjamin Constant, de 1890, ao decreto 16 782 A, de João Luis Alves-Rocha Vaz, editado em 1925 e sob a qual foi implantado o primeiro ginásio público sorocabano. Entre essas duas propostas, aparecem a reforma Eptácio Pessoa (1901); a Rivadávia Correa (1911), a Carlos Maximiliano (1915) e o decreto de 1920, que cria a primeira universidade oficial brasileira, a do Rio de Janeiro.

O traço comum entre elas é que, embora durante todo o período possa se verificar um esforço legal para retirar do secundário seu caráter preparatório, através de diversas medidas - exame de madureza, exame vestibular, exame preparatório, equiparação, num processo que oscila entre a oficialização e a desoficialização - a escola secundária continua comprometida com o ingresso à faculdade, de caráter elitista e sob controle da União.

Essa preocupação normatizadora já aparece na reforma Benjamin Constant. O decreto abole os exames parcelados preparatórios, que expressava um conceito imediatista e restrito dos estudos secundários, e introduz o exame de madureza como forma de habilitação ao curso superior. Mas tal mudança não chega a se concretizar, assim como a criação do Ministério da Instrução Publica, Correios e Telégrafos prevista na reforma também não vingou: dois anos depois, em 1892, os assuntos educacionais vão para o controle do Ministério de Justiça e Negócios Interiores, uma pasta política, onde permanecem até o fim da Primeira República.

A reforma Eptácio Pessoa, de 1901, consolida o regime da equiparação, aplicando-o indiscriminadamente a estabelecimentos estaduais, municipais e particulares. E programa a implantação do regime de estudos seriados, o curso

ginasial, que acaba não se realizando. Com a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, de Rivadávia Correa (1911), cria-se um “exame de entrada” aos cursos superiores, sem a necessidade de apresentação de qualquer atestado ou certificado de conclusão dos estudos secundários, desaparecendo a necessidade de um curso modelo, como o Ginásio Nacional (depois Colégio Pedro II). É um regime de ampla autonomia, sem significar uma completa desoficialização, mas dura pouco: em 1915 há necessidade de uma nova reforma, a de Maximiano Correa.

Essa quarta mudança mantém o exame de acesso ao curso superior, restaura os exames preparatórios, reintroduz a tarefa disciplinadora da União no ensino secundário e reintegra o Colégio Pedro II à função de escola-modelo, embora admitindo a existência de bancas examinadoras aos estabelecimentos onde não houvesse ginásio oficial ou a ele equiparado. Cria-se assim uma duplicidade no regime de ensino secundário, com o curso seriado para o Pedro II ou a ele equiparados e o parcelado aos estabelecimentos particulares, mas se mantém sua característica de simples porta de passagem para o ensino superior.

A mais significativa das reformas educacionais da Primeira República virá dez anos depois: o decreto de João Luis Alves - Rocha Vaz. É a mais ampla das reformas geradas durante a República Velha, um período pródigo em reformas educacionais, pois alcança todos os níveis de ensino.

Entre outras medidas, facilita acordos da União com Estados para a expansão do ensino primário; no ensino superior, reintroduz a obrigatoriedade de freqüência e amplia o caráter seletivo/discriminatório dos exames vestibulares, estabelecendo limites de vagas para as faculdades. No ensino secundário, usa a equiparação como instrumento de uniformização dos ginásios estaduais, institui a seriação, embora mantenha os exames parcelados, e amplia para seis anos a duração dos cursos (possibilitando o acesso à faculdade no quinto ano), mas mantém inalterada a sua finalidade:

Uma vez que se percebe a reforma de 1925 no quadro do sistema escolar e da sociedade brasileira, as soluções que propõe para a escola secundária – soluções distanciadas das aspirações da época – possuem um valor relativamente pequeno, quando não é anulado. As funções da escola secundária tendem a continuar as mesmas, pois esta instituição se mantinha isolada dos outros tipos de escolas do nível médio; permanecia como o núcleo que sustentava a dualidade do sistema escolar brasileiro. E à medida que essa dualidade era determinada pela dualidade que caracterizava a sociedade, tenderia a ser mantida com a perpetuação das forças sociais que lhe serviam de sustentáculo. Nesse sentido, a alteração de determinadas ordenações internas da escola secundária só poderia servir, por paradoxal

que pareça, para melhor conservar os padrões existentes. (NAGLE, 1976, p. 155)

Na verdade, como demonstra Luiz Antonio Cunha em estudo sobre a história das universidades da Colônia à Era Vargas, as reformas no ensino secundário produzidas ao longo da Primeira República somente procuraram reforçar seu papel de filtro para o ingresso no ensino superior, processo que vinha se intensificando desde o fim do Império e foi acelerado nas duas primeiras décadas do regime republicano, com a multiplicação de estabelecimentos de ensino e a flexibilização dos exames parcelados. Segundo ele,

o movimento contenedor foi iniciado pela introdução dos exames vestibulares (exames de admissão), em 1910; aperfeiçoado pela exigência de certificados de conclusão do ensino secundário em 1915; e burilado pela limitação de vagas e a introdução do critério classificatório, em 1925. (CUNHA, 1986, p. 191)

Sendo assim, pontua Nagle, não faz sentido a interpretação de que com esta última reorganização a escola secundária deixaria de ser um curso preparatório para o ensino superior ou que se destinaria à fornecer a cultura média geral do país como prolongamento da escola primária:

A grande questão da escola secundária, na realidade, era servir à formação dos quadros dirigentes, recrutados em determinadas camadas da população. Estas se satisfaziam com o padrão de ensino e cultura que a escola secundária lhes transmitia, e que facilitava as suas pretensões de dominação; satisfazia às suas expectativas, por fornecer alguns requisitos para exercerem as altas funções a que se julgavam destinadas. O tradicional currículo da escola secundária estava adequadamente proposto, até mesmo porque, por meio dele, se fazia a necessária preparação para ingresso nos cursos superiores. Para as camadas dirigentes ou dominantes, a escola secundária era uma questão de há muito resolvida. (NAGLE, 1976, p. 155/156)

Se houve um mérito nessa reforma, observa outra estudiosa do período, foi o fato de ela ter representado o reflexo de uma nova mentalidade que se formava no país, como comprovavam as medidas adotadas por vários estados – notadamente São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal – nos sistemas de educação normal e primário:

Quando em 1930 ruiu a Primeira República e com ela as instituições tradicionais, já existia nova orientação no ensino secundário. Havia, nítida, a compreensão de sua finalidade, preparando o adolescente para as diversas solicitações que teria após sua conclusão. Era uma decorrência da mudança da estrutura social do país, com o desenvolvimento da classe média e do proletariado urbano. (NUNES, 1962, p. 103).

A última reforma desse período, contudo, deve ser vista como uma derradeira e reacionária expressão conservadora no campo do ensino num momento de transição da sociedade brasileira. Com a mudança do modelo agro-exportador para o urbano-industrial, as expectativas em torno da escola mudam também, forçando o poder público a encarar a questão da educação popular. Em uma última tentativa de evitar esse tema, a reforma liquida definitivamente com uma autonomia administrativa e didática recentemente concedida, indo mais além ainda:

[...] E, respondendo ao período de turbulência que se iniciava, marcado por uma crise política que resultaria na Revolução de 30, essa mesma lei estabeleceu o controle ideológico do Estado sobre o sistema de ensino. Exigida no vestibular, a Instrução Moral e Cívica passava a integrar, pela primeira vez no país, os currículos das escolas primárias e secundárias. A polícia escolar, que se ocupava dos delitos comuns dos alunos dos cursos secundário e superior transformava-se em polícia acadêmica. Estendia, assim, a sua ação aos professores e funcionários e ampliava a sua área de competência para a repressão aos delitos políticos. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 112/113)

Mas quais os aspectos que minimamente poderíamos destacar para caracterizar o processo de transição da sociedade brasileira e seu sistema educacional nesse período? É o que tentamos a seguir.

2.2 Sociedade em Transição

A compreensão de como se estrutura o sistema educacional durante a Primeira República também requer uma análise das transformações econômicas, políticas e sociais vividas pelo Brasil, sobretudo no último decênio da velha República, como a passagem de um modelo agrário-comercial para urbano-industrial, a perda de poder político dos *coronéis* ou a evolução das relações de

classe. É, enfim, a época em que o capitalismo assume uma nova face no país, com as implicações que isso traz nas relações humanas em todas as suas dimensões.

E a Educação escolar refletia esse momento e refletia-se nele, na medida em que os diversos tipos de manifestação de idéias e de movimentos sociais sistematicamente levavam em conta os assuntos educacionais, particularmente a instrução em seus diversos níveis.

a) Política

No campo político, vai se colocando em xeque a estrutura agrária dominante, que se caracterizava por uma representatividade capenga, poder fortemente regionalizado e desorganização partidária.

Faoro, analisando a formação do patronato político brasileiro, aponta que

A República Velha continua, sem quebra, o movimento restritivo da participação popular, paradoxalmente consangüíneo do liberalismo federal irrompido no fim do Império. A política será ocupação dos poucos, dos poucos e esclarecidos, para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas. A essa direção política corresponde a liderança econômica e social, em interações mútuas, onde não se deve excluir, por mero preconceito de escola, o impulso primário de poderes estatais, em nível federal e local. (FAORO, 1976, p. 621)

Como relata Motta, a República encontrou o Partido Republicano, que já não havia tido participação determinante em sua implantação, tão desestruturado como estava durante o tempo do Império.

Desta forma, acabou por se consolidar uma estrutura partidária absolutamente regional, cada estado da Federação tendo o seu PR (Partido Republicano) próprio. Porém, o regionalismo extremado não foi a única característica negativa dos partidos republicanos, nem a pior. Eles se transformaram em verdadeiras oligarquias, dominando o poder sem deixar qualquer espaço para outras forças. Surgiu um sistema de partido único em todos os estados, caracterizado pela ausência quase absoluta da competição partidária. O partido oficial sempre ganhava as eleições, mesmo porque dificilmente apareciam concorrentes dispostos a disputar. A competição real ocorria no interior dos PRs, entre facções disputando o controle da "máquina" partidária. Ser indicado pelo partido como candidato a presidente estadual significava já estar eleito e, portanto, a luta efetiva era travada antes das eleições. (MOTTA, 1999, ps. 52/53).

A organização política na Primeira República evidencia que o centralismo monárquico foi substituído pelo estadualismo republicano. Ao estudar as fraudes

eleitorais na Primeira República, um autor observou que, “com a República Federativa, os estados passaram a ter integralmente a prerrogativa de se organizarem institucionalmente” (TELAROLLI, 1982, p. 8). Os estados faziam sua própria constituição, podiam criar sua própria força policial, tinham seu sistema judiciário e estabeleciam as regras para as eleições, tendo como base algumas diretrizes da União. A proibição dos votos aos analfabetos, às mulheres e aos menores de 21 anos e a não obrigatoriedade de votar eram algumas delas.

Essas exigências afastavam a grande maioria do processo de escolha.

Assim, um superficial exame das atas e dos resultados das eleições da Primeira República, em qualquer nível, municipal, estadual ou federal, revela prontamente a insignificância do número de votos em relação à população adulta. (TELAROLLI 1982, p. 13).

Além disso, havia as prerrogativas para as autoridades políticas controlarem as mesas eleitorais —responsáveis pela organização dos pleitos e contagem dos votos — o que facilitava fraudes de toda ordem.

Excetuando-se os pleitos municipais, as eleições eram distritais. Mesmo assim, a proporcionalidade de um deputado federal para cada grupo de 70 mil habitantes nunca foi seguida. “Tudo indica que a distribuição das representações e sua manutenção se fizeram em função do poder e da influência exercidos pelas oligarquias regionais”, explica Telarolli. (p. 30) Das 212 cadeiras disponíveis na Câmara Federal durante toda a Primeira República, São Paulo e Bahia dividiam a segunda maior bancada, com 22 deputados (Minas, a maior representação, tinha 37).

Regionalmente também a força das oligarquias se fazia presente: os distritos, aos quais os candidatos não precisavam ter vínculo algum, tinham número variável de representantes e as indicações eram feitas livremente pela Comissão Diretora do Partido Republicano:

A própria inexistência na legislação de qualquer tipo de exigência vinculatória do candidato ao distrito foi a válvula que sempre permitiu às cúpulas partidárias dirigentes nos estados indicar livremente os escolhidos, freqüentemente sem qualquer laço de identidade com gente que lhes competia representar. (TELAROLLI, 1982, p. 33)

Tal situação permite o florescimento de uma forma específica do poder político brasileiro, cujas raízes remonta ao Império, conforme observação de Maria Isaura Pereira de Queirós: o coronelismo.

Segundo ela, o título de *coronel* vem da Guarda Nacional, criada pouco depois da Independência com o intuito de defender a Constituição, garantir a ordem e promover o policiamento regional e local. Todos os habitantes podiam nela ingressar, recebendo patentes militares em conformidade com a importância que ocupavam. Mas o principal título – o de *coronel* - era atribuído aos chefes mais prestigiados do lugar.

A Guarda Nacional refletia, pois, no escalonamento, a estrutura sócio-econômica das diversas regiões. Extinta pouco depois da proclamação da República, a Guarda Nacional, persistiu no entanto a denominação de *coronel*, outorgada espontaneamente pela população àqueles que pareciam deter entre suas mãos grandes parcelas do poder econômico e político. (QUEIROZ, 1977, p. 155/156)

Esse singular sistema de representatividade, com o poder sendo concentrado em um grupo restrito e que nele se perpetua, vai produzir o que, na visão de Nagle, é o fenômeno político mais importante do regime republicano até o final desse seu primeiro período, que vai terminar com um esforço para alterar as funções do Estado, a estrutura do poder, enfim, reavivar os ideais que não se concretizaram com o novo regime.

Sob esse aspecto, a última década da Primeira República é ponto de confluência de formas de pensamento e de atuação dos mais variados movimentos político-sociais e correntes de idéias, nuclealizados em torno da temática republicana (pensar, por exemplo, no nacionalismo, no modernismo, no tenentismo e, até mesmo, no entusiasmo pela educação). (NAGLE, 1976, p. 11)

Uma outra dimensão indissociável do processo político é a dinâmica assumida pelo desenvolvimento econômico. É este aspecto que abordamos em continuidade.

b) Economia

O final da Primeira República é marcado ainda por transformações econômicas que, ao longo de todo o período, foram se firmando num processo

que se torna mais evidente no último decênio e vai culminar com a mudança dos modelos que demarcam os ciclos econômicos nacionais.

É importante ressaltar que hoje há um certo consenso de que esse período coincide com uma fase de reacomodação do capitalismo mundial que, embora não seja decisiva, acaba tendo influência na dinâmica da economia interna e, por extensão, nas transformações sociais que passam a ocorrer no país, como pontua Nagle (1976, 12):

Alguns estudiosos da história econômica e social brasileira apontam a década dos anos vinte como o período de passagem de um sistema econômico de tipo colonial, induzido, para um outro, autônomo; constitui essa década a fase de instalação do capitalismo no Brasil, e, portanto, se define como período intermediário entre o sistema agrário-comercial e o urbano-industrial, os dois grandes ciclos da vida econômica brasileira. (NAGLE, 1976, p. 12)

Leôncio Basbaum (1996), ao abordar a questão, amplia ainda mais os horizontes para melhor percepção do processo:

O capitalismo, como forma de produção, bem como as relações sociais de produção que lhe correspondem, isto é, a formação de duas classes distintas e opostas – a burguesia e o proletariado, é relativamente recente no Brasil.

[...] Quando o capitalismo começa realmente a desenvolver-se no país, já este sistema econômico e social dominava a Europa e parte da América. – Durante pelo menos três séculos, os elementos capitalistas trazidos da Europa, onde o capitalismo se encontrava ainda em formação [...] permaneceram praticamente inertes. No século XIX esse débil capitalismo começa a criar nova vida, mas é somente no alvorecer deste século que ele surge na verdade em nosso país como se fora recriado, à base de uma acumulação que, se não é primitiva também não é ainda capitalista. Essa recriação do capitalismo poderia ser designada como uma espécie de acumulação em segundo grau e dele surgiu verdadeiramente o capitalismo nacional. (BASBAUM, 1996, p. 89-90)

Sem entrar no mérito da discussão sobre como se efetivou o processo de acumulação capitalista no país, para efeito deste estudo dois aspectos merecem ser ressaltados: a importância da indústria têxtil no processo de transição para o modelo urbano-industrial e o papel desempenhado pelos imigrantes.

Silva, em tese na qual procura demonstrar a ligação entre a lavoura cafeeira e industrialização do país — a acumulação de capital obtida com o café, diz ele, tornou os próprios cafeicultores, sobretudo imigrantes, os principais beneficiários do novo modelo —, afirma que a abolição da escravatura a partir de 1851 (Lei Euzébio

de Queiroz), e a rápida formação de um mercado de trabalho, graças à imigração em massa pós-1880, estão no centro das transformações econômicas vividas pelo Brasil entre 1907 e 1920. “O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas; é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas”, assegura. (SILVA, 1986, p. 14). A industrialização é a última etapa no processo de transição do modo de produção capitalista. E a indústria têxtil tem no Brasil significativa importância nessa fase:

A especialização do capital industrial brasileiro aparece de modo mais preciso quando consideramos as empresas mais importantes. Em 1907, todas as empresas com mil contos de capital estavam no setor de bens de consumo, em particular nos setores de fiação e tecelagem”. Em 1920, mais de 85% do valor da produção industrial estavam nesse setor, sendo que a indústria têxtil ocupava o segundo posto, com 27% do total, perdendo apenas para os produtos alimentares, que abocanhavam 32,9%, mas estavam capilarizados pelo país. (SILVA, 1986, p. 107)

Além de evidenciar a transição pela qual passava o capitalismo brasileiro, a indústria têxtil exibia outras peculiaridades: estava concentrada em algumas regiões do país – São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo. E sua produção igualmente concentrava-se em poucas empresas: com base em uma estatística que começou a ser divulgada no final dos anos 20 pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado, Rosa Ribeiro aponta que, entre 1928 e 1930, 82,67% do operariado e 78,31% do capital estavam em grandes empresas, assim considerados os estabelecimentos que empregavam mais de 100 pessoas e tinham capital superior a mil contos.

Aos lucros dos senhores da terra, do tráfico negreiro e do desenvolvimento do comércio importador, Leôncio Basbaum realça outra fonte de *acumulação em segundo grau*, que vai estar presente na economia sorocabana dos anos 20 do século passado: os imigrantes.

Mas é na República, e mais acentuadamente ainda nos primeiros anos do século, que surge uma nova fonte de acumulação de capital que deu extraordinário impulso à industrialização do país. Imigrantes industriais, enérgicos, ávidos de fortuna, quase todos italianos ou sírios, ao ser extinta a escravidão, começaram a chegar em grandes levadas. E muitos deles aqui instalaram pequenas manufaturas que em poucos anos se transformaram, pelos lucros obtidos, em grandes indústrias. Essa é

a origem da segunda fase de impulso e progresso capitalista do país e a fonte mais importante da acumulação de capital em nosso país. É a época dos Matarazzo, Filizola, Morganti, Jafet, Abdala, Kablin e tantos outros que ainda hoje constituem o expoente do capitalismo nacional. (BASBAUM, 1996, p. 91)

De que maneira as relações sociais articulam e dinamizam as transformações políticas e econômicas em curso no período que estudamos? Tratem, minimamente, então das mudanças ocorridas na estrutura social.

c) A formação social

As transformações nos campos político e econômico contribuem para as mudanças no setor social e vice-versa. As alterações neste último podem ser constatadas no surgimento de uma variedade de novas orientações ideológicas, no processo migratório, no novo modo de produção capitalista, na maior concentração urbana, enfim, em uma série de fenômenos que caracterizam o período como de marcante inquietação social e de heterogeneidade sócio-cultural.

Obviamente, as mudanças não ocorreram em uma só direção, pois foram consequência do embates de forças e idéias que opuseram o desejo de renovação aos interesses conservadores. E tais contendas resultaram de novos valores que passaram a fazer parte mais ativa nas relações sociais:

Se os últimos vinte anos do século passado representam a fase principal da desagregação do regime servil e o período final da desagregação da sociedade estamental - quando emerge a nova ordem social competitiva - o período de 1900 a 1929 é o da consolidação dessa ordem competitiva e o da formação e desenvolvimento de uma sociedade de classes, embora ainda estejam presentes muitos aspectos da dominação patrimonialista, predominantes no período anterior. No novo quadro, até a palavra *povo*, anteriormente empregada num sentido vago e indiferenciado - pois resumia diversas modalidades de camadas sociais - vai se decompondo em outras palavras que traduzem camadas cada vez mais diferenciadas. (NAGLE, 1976, p. 27)

Talvez resida aí um dos mais significativos fatos sociais do período, que pode sintetizar bem o que caracteriza socialmente a última década da Primeira República:

Podemos pois afirmar que a *formação de um povo*, elemento novo em nossa história política, ao lado do *empobrecimento da aristocracia rural*, da *proletarização das classes médias* e da *formação do proletariado*, foi sem

dúvida um dos fenômenos mais significativos e mais decisivos no período que estudamos (BASBAUM, 1976, p. 177).

E nesse contexto, segundo alguns autores, o liberalismo nacionalista consolida-se como uma ideologia que “refletindo com clareza as contradições próprias e os rumos particulares dos avanços capitalistas no país, se incorporaria decisivamente à consciência pedagógica nacional” (XAVIER, 1990, p. 65). E é ainda nesse contexto, especificamente no campo educacional, que se configura o denominado entusiasmo *pela educação* e *otimismo pedagógico*. Como foram produzidas pela historiografia que aborda as relações entre educação e República no Brasil? A resposta a essa indagação se referencia nas contribuições de Nagle (1976).

2.3 Entusiasmo e Otimismo

As categorias *Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico* aparecem na tese de livre docência defendida por Jorge Nagle no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, em fins de 1966.

Intitulado *Educação e Sociedade no Brasil*, o trabalho teve como preocupação estudar de forma integrada a relação educação - sociedade, a partir do pressuposto de que no período compreendido pelo estudo, que cobre toda a Primeira República (1889 a 1929), a sociedade brasileira vivia um período de transição. E a busca por compreender o papel representado pela escolarização nesse processo acabou por leva-lo à constatação da existência de duas correntes que caracterizaram o pensamento nacional no último decênio do século passado, construídas pela inclusão sistemática dos assuntos educacionais, particularmente a instrução em seus diversos níveis e tipos, em manifestações de idéias e movimentos sociais:

É diante desse quadro de transformações – tanto no nível dos setores econômico, político e social, quanto no nível do setor cultural – que se deve analisar a escolarização, nas suas variadas facetas. [...] Dessa forma, a escolarização é tida como um dos elementos do subsistema cultural; portanto, um elemento que deve ser julgado e analisado em combinação

com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores político, econômico e social. Aceitando-se a idéia de que a sociedade brasileira do tempo passa de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, torna-se necessário identificar o papel que a escolarização desempenhou, no sentido de favorecer ou dificultar a passagem. Diante do fenômeno de liberalização institucional, que provoca a abertura de novos caminhos no plano do pensamento e da atuação, é preciso conhecer o sentido da contribuição desse processo civilizatório, tanto sob a forma de padrões de pensamento quanto sob a forma de padrões de realização escolar

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação de instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (escolanovismo). . (NAGLE, 1976, p. 99-100)

Partindo da identificação dessas duas correntes, Nagle constrói o que considera uma das teses principais de seu trabalho: a de que é na passagem do *entusiasmo* para o *otimismo* que os temas da escolarização vão perdendo a ligação com temas de outra natureza e restringindo-se a formulações educacionais ou pedagógicas. Ou seja, saem do debate político e se restringem ao campo dos técnicos no assunto, o que caracteriza um dos momentos mais significativos na história da educação no período republicano:

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas das diversas organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e 'educadores' – principalmente os 'educadores profissionais' que aparecem nos anos vinte – transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira. De fato, enquanto o tema da escolarização era proposto e analisado de acordo com um amplo programa desta ou daquela corrente ou movimento, ela servia a propósitos extra-curriculares ou extra-pedagógicos; era uma peça entre outras, peça importante, sem dúvida, mas importante justamente pelas suas ligações com problemas de outra ordem, geralmente problemas de natureza política. (NAGLE, 1976, p.101)

A partir dessa constatação, esses dois movimentos ou correntes passam a se constituir em elementos de análise para a história da educação no período. Levando-se em conta o que Minayo considera como um dos conceitos fundamentais na operacionalização de uma pesquisa, é possível trabalhar com o conceito de categoria para a idéia expressa por Nagle. Escreve ela:

Na 'Introdução' à Crítica da Economia Política, Marx faz uso por diversas vezes do termo 'categoria' para indicar conceitos relativos à realidade historicamente relevantes, expressando os aspectos fundamentais dentro de sua abordagem, das relações do homem entre si e com a natureza. Para o marxismo, as categorias não são entidades, são construídas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social. (MINAYO, 2000, p. 94)

Minayo distingue categorias analíticas de categorias empíricas, sendo que as primeiras guardam relações sociais fundamentais construídas historicamente e que podem ser consideradas

balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e de aproximação. As segundas são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica.

Construídas a partir de elementos dados pelo grupo social, as categorias empíricas reúnem as condições que permitem utilizá-las, simultaneamente, num quadro mais amplo de compreensão teórica da realidade e, ao mesmo tempo, expressá-la em sua especificidade.

Dessa maneira, a atribuição de categoria aos conceitos de Nagle é pertinente, na medida em que sua classificação é resultado de conhecimento construído a partir de uma prática social que marcou historicamente a educação escolar durante a Primeira República. E, como é possível constatar na recente historiografia sobre a Educação, transformou-se em uma categoria empírica de análise, na medida em que muitos autores passaram a utilizar o *otimismo* e o *entusiasmo* como referências em seus estudos.

Independente de pontos de vista pessoais dos autores acerca de determinados temas ainda polêmicos e até de discordâncias sobre a passagem

do discurso do campo político para o técnico – o que caracterizaria no padrão de pensamento a prevalência do *entusiasmo* sobre o *otimismo* -, é justamente a partir do estudo de Nagle que se vai fazer distinção entre dois momentos no processo histórico de implantação do sistema educacional republicano. Como observou Marta M. Chagas de Carvalho

Depois de *Educação e Sociedade na Primeira República* tornou-se impossível referir-se ao movimento educacional do período sem utilizar a nomenclatura que ele criou para expressar os momentos distintos desse movimento com suas características: entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. (CARVALHO, 1989, p. 47)

E de fato, não são poucos os autores que se valem dessa classificação para suas análises, independente de elas focarem padrões de pensamento ou de realização escolar. Paulo Ghiraldelli Jr, (1991, p. 15). em *História da Educação*, por exemplo, afirma que a evolução das idéias pedagógicas durante a Primeira República “pode ser representada pela conjunção de dois movimentos ideológicos desenvolvidos pelos intelectuais das classes dominantes”. Maria Luisa Ribeiro, em livro que enfoca a história da educação brasileira sob a ótica da Organização Escolar, também recorre à categorização de Nagle para fundamentar que na agitação vivida naquele período republicano, quando as idéias e as práticas estabelecidas eram contestadas, era natural que a organização escolar também fosse combatida. (RIBEIRO, 2000, p. 98). Em *Capitalismo e Escola no Brasil*, Maria Elisabete Xavier, ao retratar a efervescência ideológica na última década da República Velha – representada por embates de forças revolucionárias, reformistas e reacionárias – também recorre à Nagle para destacar que

É nesse contexto, no qual afloram os nacionalismos, os entusiasmos e os otimismo que, para além das propostas específicas que veiculavam, no que diz respeito à qualidade das mudanças reivindicadas, tinham como solo comum a crença, real ou meramente proclamada, na construção de um novo país através da escola. (XAVIER, 1990: 65)

Esses são alguns exemplos que permitem fundamentar a utilização do *entusiasmo* e do *otimismo* como categorias para embasar este trabalho, já que o surgimento do primeiro ginásio público sorocabano se deu exatamente nesse contexto. E para contextualizá-lo historicamente, torna-se imprescindível levar em

conta categorias consideradas relevantes para a compreensão da educação brasileira naquele período.

Ainda que seja impossível estabelecer uma cronologia de seu aparecimento - “também do ponto de vista da História da Educação, nem a República se implanta a partir de 1889, nem a Primeira República termina em 1930” (NAGLE, 1977, p. 261) -, é certo que o *otimismo* e o *entusiasmo* podem, segundo Nagle, ser mais claramente identificados a partir de 1915, com as conferências de Olavo Bilac seguidas da formação da Liga de Defesa Nacional (em 1916), após um período de arrefecimento dos ânimos no tocante à importância da educação, que se manifestara durante o início do período republicano. Vieram embalados pelo renascimento do ideário liberal presente no pensamento brasileiro, desde o final do Império, e se integravam em uma mesma crença: a de que a escolarização era o motor da História e a forma mais acabada para responder aos desafios propostos pelas transformações que ocorriam. Esse renascer do nacional liberalismo, aliado à passagem do sistema agrário comercial para o modelo urbano-industrial e por mudanças sociais, fatores que se foram processando ao longo da Primeira da República, é que irá distinguir os anos 20-30 durante aquele período.

Embora a manifestação mais evidente dessas categorias se faça presente no ensino primário, elas podem ser identificadas em todos os níveis de ensino:

Enquanto padrão de pensamento, o entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico estiveram presentes em todos os tipos e níveis de escolarização; enquanto padrões de realização, apresentaram resultados variáveis ao se traduzirem em normas de funcionamento das instituições escolares. Especialmente no caso da escola primária, houve significativa alteração tanto no sentido quantitativo quanto no sentido qualitativo. Já no caso da escola secundária, o entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico conservaram-se, durante toda a década dos vinte, meros padrões a influenciarem os quadros do pensamento educacional. (NAGLE, 1976, p. 117)

É de se destacar que nesse decênio há dois momentos em que se faz uma discussão mais vigorosa da escola secundária – em 1926, com um inquérito dirigido por Fernando de Azevedo, e em 1929, com a II Conferência Nacional de Educação. E que o *otimismo pedagógico* manifesta-se, na escola secundária, nas discussões em torno da substituição das *humanidades clássicas* pelo *espírito*

científico na formação dos alunos e no interesse de desligar o ensino secundário da incumbência de servir para preparação das elites:

Em decorrência, a par das reivindicações atinentes ao reexame de sua finalidade e estrutura, propõem-se amplas e profundas medidas de natureza quantitativa. [...] Embora não se traduza em padrões de realização, tal política subentende uma revisão das possibilidades de acesso ao curso ginasial, uma verdadeira campanha a favor de sua democratização. Destinada a todos os adolescentes ou somente aos *adolescentes* capazes, quaisquer que sejam suas origens sociais e econômicas, a nova escola secundária é percebida não mais como uma tarefa que melhor se ajusta à iniciativa privada, mas como um empreendimento essencialmente público. [...] Quer pela universalização, quer pela seleção de inteligência, a democratização do ensino secundário representa um esforço no sentido de superar o conceito preparatório deste ensino, bem como o sentido de manutenção ou elevação do status social implícito nesse conceito. (p. 119/120)

Os novos padrões de pensamento, contudo, não conseguem alterar, em termos de prática ou resultado, a escola secundária, embora prenciem as mudanças que viriam posteriormente. É de que tratamos a seguir, tomando como referência a educação em Sorocaba.

3 A EDUCAÇÃO EM SOROCABA

Este capítulo aborda a dinâmica da política partidária no município de Sorocaba como processo que condiciona a institucionalização da educação escolar pública. Observa-se nesse contexto a criação do primeiro ginásio público sorocabano, tema objeto desta dissertação, circunscrito às transformações políticas, econômicas e sociais que caracterizam as primeiras décadas do século XX no município.

3.1 O Ensino Primário

Um documento do setor de Higiene e Instrução do Estado datado de 1929, endereçado à *Directoria Geral*, com os resultados do trabalho desenvolvido para a *prophylaxia do tippo amarilico*, utiliza-se do grande número de escolas e de alunos no município como justificativa para o fato de ter descuidado da higiene escolar durante a execução daquela tarefa. Depois de informar que a maioria das escolas havia sido visitada, todos os alunos tinham sido vacinados e haviam sido isolados os casos de moléstias *transmissíveis e repugnantes*, o relatório lista as instituições escolares e o total de estudantes em cada uma, mas antes observa que:

A população escolar é muito grande, pois, além da Escola Normal, do Gymnasio, da Escola Profissional, da Escola de Comércio e vários estabelecimentos particulares, existem em Sorocaba 5 grupos escolares e muitas escolas isoladas, como se pode ver pela lista que se segue (PROJETO MEMÓRIA, 2004).

Na lista, contam-se 3.959 alunos matriculados em instituições públicas, sendo elas cinco grupos escolares, quatro escolas reunidas (noturnas) e 38 escolas isoladas, das quais 26 rurais e 12 urbanas.

Esses três tipos de escola compunham o sistema escolar público paulista no tocante ao ensino primário ou preliminar, sendo *escolas isoladas* aquelas com classe única, *reunidas* as formadas por agrupamento de classes – ambas com cursos de dois anos nas áreas rurais e três anos nas zonas urbanas - e *grupos escolares*, as instituições com classes seriadas, cursos com duração de quatro anos e uma

direção geral. Estes últimos ocupavam o topo do sistema, mas no final da Primeira República ainda sofriam com o resultado de uma reforma implantada em 1920 no ensino paulista, considerada por Nagle (1976, p. 192) como a primeira e mais radical das alterações feitas nos sistemas escolares estaduais de todo aquele decênio.

Como vimos anteriormente, a divisão de competências entre os planos federal e estadual na organização da instrução pública, que nasce no bojo da primeira Constituição republicana, transferiu ao segundo a responsabilidade pela difusão do ensino primário. É nesse contexto que São Paulo produz, por intermédio de Sampaio Dória, que assumira a direção geral da Instrução Pública no Estado a convite de Washington Luis, um dos mais marcantes exemplos do *entusiasmo pela educação*.

Tratou-se de uma tentativa, através da lei 1.750 regulamentada pelo Decreto 3.356 de maio de 1921, de ampliar a rede escolar pública e reduzir o analfabetismo, através de três inovações: a idade escolar mínima passou dos 7 aos 9 anos – o que teria sido uma das causas demissão do diretor geral, contrário à tal ampliação -, o período de escolarização primária obrigatório e gratuito caiu para dois anos, e os programas de ensino dos grupos escolares foram reduzidos, assim como o número de classes e alunos, o que teria contribuído para o *empobrecimento* da sua qualidade que duraria até o final da República Velha.

A reforma vigorou até dezembro de 1925, mas a partir dela se fizeram adaptações que perduraram até o fim da Primeira República. Em uma de suas conclusões num detalhado estudo sobre as Reformas de 1920, Antunha afirma ter constatado que

Embora grande número das inovações de 1920 tenham sido melancolicamente revogadas a partir de 1925, atingidas que foram pela oposição fundamentalmente dirigida ao ensino primário, a verdade é que o impacto por elas acusado e sobretudo a filosofia da renovação então introduzida permaneceram influentes por muito tempo e estimularam a reflexão pedagógica de novos estudiosos, levaram à formulação de novos pontos de vista favoráveis à mudança e proporcionaram elementos para o reexame dos mais sérios problemas da educação nacional. (ANTUNHA, 1976, p. 209)

Foi também, segundo Nagle, uma das mais injustiçadas dentre as reformas estaduais que pontilharam os anos 20 do século passado pelas críticas que recebeu, embora historicamente tenha sido uma das mais importantes por melhor ter sintetizado sua época:

Essa foi a única que resultou da prévia apresentação de princípios doutrinários, de natureza política, claramente expostos, bem como é a única em que se percebe a total sincronia entre os elementos que informaram e definiram o significado central das medidas adotadas e os elementos de natureza histórica e ideológica que melhor caracterizam a ambiência social do tempo. (NAGLE, 1976, p. 192)

Por intermédio dessa reforma, concretizaram-se no campo educacional as aspirações da Liga Nacionalista desenhada em meados da década anterior e marcada pelo ideário de republicanização da República, de elevação intelectual e moral de amplas camadas populares e formação de uma consciência cívico-patriota. Ideologia presente mesmo após a adoção de medidas que a descaracterizaram, como a reforma de 1927, por exemplo, que tornou o ensino primário obrigatório e gratuito para crianças de 8, 9 e 10 anos e facultativo para as de 7, 11 e 12 anos, com base em estatísticas que comprovavam ser esta a faixa etária mais atendida, como constatou um estudo sobre a ordenação do tempo no ensino público paulista entre 1892-1933 e que é importante registrar para nos situarmos em relação à idade que deveria ser atendida pelo secundário:

De fato, a média das idades dos alunos registrada pela diretoria de ensino e as análises de livros de matrícula mostram que, no período aqui estudado, as crianças entravam mais tarde na escola, a maior parte com 8 ou 9 anos de idade. Muitas crianças principiavam sua escolarização tardiamente aos 12, 13 ou 14 anos. Por isso, o término do curso primário ocorria no início da adolescência, aos 14, 15 e 16 anos, não coincidindo, pois, com a idade escolar de 12 anos, limite obrigatório. (SOUZA, 199, p. 132)

Em Sorocaba, aqueles ideais nacionalistas aparecem em padrões de pensamento, mas não nos padrões de realização do poder público. O primeiro grupo escolar público da cidade foi criado em 1896, por sugestão de um comerciante e vereador, Antonio Padilha de Camargo, que dá nome à escola. E com a finalidade de atender a uma classe social bem definida, pois “a elite sorocabana freqüentou a escola particular até 1896, quando da inauguração do primeiro Grupo Escolar”, como constatou o autor de uma tese sobre a história da educação sorocabana entre 1889-1906 (Menon, 1998, p. 94). Enquanto isso, no mesmo ano, começava a funcionar o primeiro curso primário noturno e gratuito da cidade, mantido pela Loja Maçônica Perseverança III, uma instituição com forte presença na sociedade local como irá se constatar, e que assim levava adiante os ideais republicanos que o Estado negligenciava, apesar de proclamá-los.

A criação aconteceu em 23 de setembro de 1986, sendo designados para a tarefa Amaro Egidio de Oliveira e João Clímaco de Camargo Pires. O início das atividades ocorreu em 15 de novembro daquele ano. Pesquisas de Rogick Vieira, nas edições do jornal *O 15 de Novembro*, no início do século XX, confirmam o pioneirismo da Perseverança III na introdução do ensino gratuito e noturno na cidade. (SOROCABA, 350 anos... 2004, p.183)

Somente em 1910 Sorocaba vai ter uma escola noturna pública gratuita. Ainda assim, em horário de funcionamento não compatível com a jornada de trabalho dos operários, o que servia como argumento para um jornal, que se tornou porta-voz da classe trabalhadora da época, denunciar a exploração a que eram submetidos os trabalhadores pelas indústrias:

As escolas noturnas, criadas e mantidas pelo Governo do Estado, segundo o regulamento, devem abrir-se às 6 horas da tarde, fechando-se às nove da noite. Eis aqui o ponto capital de nossa queixa; não do horário, pois não só o aprovamos como o achamos magnífico, mas da dificuldade que daí advém para os operários as freqüentarem, devido ao adiantado da hora em que largam o serviço. As fábricas de tecidos Santa Maria e Santa Rosália trabalham até as oito e meia da noite (!!!), a da Nossa Senhora da Ponte até às sete, a fábrica de Chapéus até às cinco e meia da tarde. Diante de um horário tão cômodo como rendoso para os patrões, nenhum operário poderá freqüentar as escolas noturnas, do que resultará a sua nenhuma eficácia. De que modo e com que tempo um operário poderá freqüentar as escolas noturnas, do que resultará a sua nenhuma eficácia. (O OPERÁRIO 2 out 1991, p.1)

O segundo grupo escolar, *Visconde de Porto Seguro*, só foi instalado 18 anos depois, em 1914, já sob o domínio do *vergueirismo*, como ficou sendo denominado o período em que a política sorocabana esteve sob o comando de Luiz Pereira de Campos Vergueiro, como veremos mais adiante, quando abordarmos a questão. O terceiro grupo escolar, de 1919, levou o nome de *Senador Vergueiro* em homenagem ao bisavô dessa personagem da política local.

O tom um tanto quanto entusiasta do relatório do departamento de Higiene e Instrução Escolar de 1929, portanto, serve mais como justificativa para a negligência na execução de uma tarefa do que uma preocupação com a fidelidade estatística, já que a expansão do ensino público em Sorocaba não chega a ser significativa durante a década de 1920. O crescimento no total de grupos escolares, por exemplo, esteve dentro da média nacional, pois, segundo Nagle, entre 1919 e 1929 constatou-se um aumento de 65,7% no total de escolas públicas no país. Em 1919, um relatório da Prefeitura Municipal apontava a existência de 36 instituições

escolares públicas (MENON, 1997, p.43), pouco menos do que se registra dez anos depois, a elas acrescentando-se quatro escolas reunidas.

O que chama a atenção naquele relato é a referência às escolas secundárias, como o *Gymnasio*, a Escola Normal e a Profissional, uma vez que esses estabelecimentos, cuja criação era recente, sequer estavam sob a alçada daquela inspetoria. E da forma como aparecem no texto, denotam uma certa superioridade em relação às escolas primárias, pois “é além delas” que a cidade possui as outras instituições em que foi feito o serviço de profilaxia. O que dá margem para interpretarmos ser esse também um sinal de que a abertura desses estabelecimentos foi o fato que marcou a educação sorocabana naquele período, como observou um historiador ao referir-se à criação das três escolas:

Pode-se dizer que o grande ciclo estudantil começou em 1929, com a fundação do Ginásio. Ao terminar o período do prefeito João Machado de Araújo em 1930, existiam três grandes escolas. (ALMEIDA, Cruzeiro do Sul, 6 set 1969, p. 32)

Tal constatação exige, assim, que se conheça o desenvolvimento desse grau de ensino no município, em busca de melhor contextualizar o significado daquelas escolas para a sociedade local.

3.2 O ensino secundário

Até a fundação de seu primeiro ginásio público, em 1928, Sorocaba teve muitos ginásios privados, em sua maior parte ligados à religião católica, mas todos abriam e fechavam com rapidez. A única iniciativa do poder público local para a implantação e manutenção de uma escola secundária havia sido registrada ainda durante o Império, pois, em um resumo sobre a história do ensino local, ao referir-se ao então denominado 2º Grau, Almeida, considerado uma das principais fontes de referência na pesquisa da história local observa que

o município entrou à interessar-se por esse ensino em 1887, fundando o Liceu Sorocabano, com um só mestre, o prof. Artur Gomes. Pouco durou. Em 1910 e 1911 funcionou um outro com o nome de ginásio. Era o Ginásio Sorocabano. (CRUZEIRO DO SUL, 6 set.1979, p. 32)

Para o grupo de dissidentes do Partido Republicano, encarnado, como veremos posteriormente, em uma classe que emergia no cenário econômico, o

Ginásio Sorocabano teria sido a única ação da facção então no poder - os *vergueiristas* - em favor do ensino secundário, como acusariam na batalha travada no final dos anos 20 pela criação de um ginásio municipal. Mas essa não era uma instituição pública e sim privada e, embora tal ligação não tenha sido explicitada à época, é possível deduzir que as motivações para tal ajuda foram fruto de interesse claramente político: seu proprietário era um Vergueiro e o auxílio coincide com o início da escalada do vergueirismo no controle do poder político local.

No mesmo ano da fundação do Ginásio, em 1909, o então Prefeito, João Clímaco de Camargo Pires, edita a Lei 83, estabelecendo em seu artigo 1 uma subvenção municipal de 27 contos e 600 mil réis anuais pelo período de dez anos, mesmo tempo em que, conforme o artigo 2º, a escola ficaria livre de todos os impostos cabíveis ao fisco, “inclusive taxa de água e esgotos” (MENON, 1998, p. 97). Em contrapartida, durante esse tempo o Ginásio se comprometeria a manter gratuitamente seis alunos externos pobres, indicados pela Prefeitura.

O Ginásio Sorocabano deixou de funcionar três anos depois e a responsabilidade pelo seu fechamento foi atribuída à Reforma feita pelo Governo Federal, como sustentariam posteriormente as lideranças locais na argumentação em favor do ginásio público no debate que iria surgir no final da década de 20. Conforme relata Rogich Vieira, transcrevendo trechos de um artigo escrito por João Padilha de Camargo, este, ao justificar a luta por uma escola secundária pública, aponta para a necessidade de preencher uma lacuna:

Existiu e funcionou, de 1909 a 1911, o Ginásio Sorocabano, equiparado oficialmente, sob a competente direção do Dr. César Lacerda de Vergueiro, hoje deputado federal, com ótimo corpo docente estipendiado pela Câmara Municipal, mediante matrícula gratuita de alunos pobres. [...] e no 3º ano de função, quando foi suprimido ex-vi da perniciosa Lei Rivadávia, já havia grande número de candidatos à matrícula, contando-se entre estes cento e tantos pedidos para o internato, sendo cerca de 200 o total dos alunos freqüentes. (VIEIRA, Cruzeiro do Sul, 2 fev. 86, pág 24)

De fato, tal lei, como observa Otaiza de Oliveira Romanelli, significou um verdadeiro retrocesso. “Outras reformas se seguiram a essa”, diz ela referindo-se à proposta por Benjamin Constant que nem chegou a ser implementada,

mas não lograram acarretar nenhuma mudança substancial no sistema. Algumas delas, como a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 1911, chegaram até a ocasionar um retrocesso na evolução do sistema, em virtude de facultar total liberdade e

autonomia aos estabelecimentos e suprimir o caráter oficial do ensino, o que trouxe resultados desastroso. (ROMANELLI, 1997, p. 42)

Contudo não se pode acusar apenas a ingerência federal pela precariedade do ensino secundário em Sorocaba durante a Primeira República. Antes ou depois da Lei Rivadávia, poucas iniciativas foram registradas nesse campo. Em 1896, foi fundado o Colégio Diocesano, mantido pela Diocese paulistana, à qual Sorocaba pertencia. Era pago e fechou um ano depois, por causa de um incêndio.

Em 1900, registra Viera (Cruzeiro do Sul, 2 fev. 1986), surgiu o Externato João de Deus, de propriedade do professor João Teixeira Ferreira Junior, que também teve vida efêmera. Entre 1901 e 1907, padres agostinianos abriram, no mesmo prédio onde funcionou o Colégio Diocesano, o Colégio Nossa Senhora da Conceição, que durou seis anos e foi hostilizado pelos jornais locais porque os padres que o dirigiam, que posteriormente transferiram-se para São Paulo, eram “espanhóis que fugiram da sua Pátria”.

Ainda em 1901, por iniciativa da Loja Maçônica Perseverança III, houve uma tentativa de criar uma escola secundária gratuita. Também chamada de Liceu Sorocabano, em referência ao estabelecimento congênere de quase 15 anos antes, não prosperou por falta de apoio oficial – a única ajuda obtida foi a doação feita pela Câmara Municipal dos móveis utilizados no primeiro Liceu Sorocabano. Como o estabelecimento funcionava no mesmo prédio da escola primária noturna mantida pela maçonaria e esta tinha grande procura, não havia espaço para acomodar os dois cursos, razão pela qual, segundo Aleixo Irmão, o Liceu foi desativado em 1904 (SOROCABA, 350 anos...ago. 2004, p.184).

Depois disso, os padres beneditinos fundaram um Colégio São Bento, que pouco durou.

As duas únicas instituições de ensino complementar que vingaram ao longo da Primeira República, perdurando após a implantação do primeiro ginásio público, foram resultado da iniciativa privada: a Escola do Comércio, hoje OSE (Organização Sorocabana de Ensino), escola técnica implantada em 1924, e o atual Colégio Santa Escolástica.

Por essa razão, no prólogo de uma série de artigos sobre a implantação do Ginásio Municipal, Viera conclui que o ensino secundário em Sorocaba sempre foi deficiente até a década de 1930.

O desinteresse pela expansão do ensino secundário por parte do grupo que estava no poder, e que pode justificar essa deficiência, também fica evidente, segundo um pesquisador cuja tese tem como tema o ensino em Sorocaba até o início da República Velha:

O engodo político não conhecia limites. O deputado estadual 'Dr. Campos Vergueiro' durante a campanha encetada pelo jornal, assumia perante a Câmara Municipal o compromisso de continuar a trabalhar junto aos poderes constituintes do Estado, cada vez com mais empenho, para que a justa ambição do povo sorocabano de possuir um estabelecimento em que a sua juventude e a dos municípios vizinhos possam se ilustrar, torne-se dentro em breve uma realidade. Entretanto, em 18 de outubro de 1912, na seção da Câmara dos Deputados, o mesmo parlamentar, durante as discussões, apresentava o projeto de lei nº 29, em que pedia a criação de quatro escolas preliminares, e somente elas, para a cidade. (MENON, 1998, p. 39)

Atitudes como essa talvez ajudem a compreender por que a escolarização secundária se transformou na principal expressão do confronto entre as duas facções locais do Partido Republicano Paulista, que lutavam pelo controle do poder ao final da Primeira República. Essa mediação exercida pela escola fica evidente em diversos momentos. Um exemplo: embora o primeiro revés do grupo político dominante tenha sido registrado em 1925, quando o antivergueirista Gustavo Schreppel foi eleito vereador, a extirpação da ala de apoio a Luis Vergueiro da cúpula da facção local do partido vem associada à "primeira notícia que se tem de alguém pedindo a fundação de um Ginásio Municipal em Sorocaba" segundo Vieira (CRUZEIRO DO SUL – 23 fev. 1986, p. 27).

No dia 8 de agosto de 1927, o enviado do governador Julio Prestes, deputado Bernardo Junior, que na véspera havia costurado o acordo pelo qual apenas dois vergueiristas permaneciam na direção do partido, dá posse à nova direção. E ouve do vice-presidente empossado, como primeira reivindicação da nova direção do PRP, o pedido para criação de escolas secundárias na cidade:

Falou o sr. cel. João Padilha sobre a necessidade que se apresenta, desde há muito tempo em Sorocaba, da criação de uma escola secundária. [...] A fundação em Sorocaba de um ginásio, uma escola normal ou uma instituição profissional é velha e justa aspiração do nosso povo. Devemos considerar que é um dos problemas mais difíceis para os pais a educação dos seus filhos nesta cidade. Se a família tem recursos e pode manda-los para fora, a despesa que faz para o custeio deles é considerável, além das preocupações naturais que a separação lhes dá. Muitas famílias sorocabanas têm sido obrigadas a se mudar para outras cidades por esse motivo. Aqui em Sorocaba só há instrução primária e as tentativas particulares para a organização de um curso secundário encontram, como é

óbvio, vários empecilhos de ordem material (CORREIO DE SOROCABA 14 ago. 1927, p.1)

Pela justificativa apresentada pelo orador, o estabelecimento seria dirigido às famílias em condições de arcar com os custos para os filhos estudarem fora e que, por causa disso, estavam se mudando da cidade e, contraditoriamente, minando as bases de sustentação no poder da elite que representavam:

No final de década de 1920, a falta de um curso ginasial em Sorocaba se tornara insuportável. Ela prejudicava até mesmo os líderes do vergueirismo que ou se conformavam em ver truncada a escolarização dos seus filhos ou se mudavam para outras cidades para que eles pudessem continuar estudando – como fizeram, respectivamente, em 1915, 1916 e 1926, João Clímaco de Camargo Pires, Carlos Malheiros Oeterer e Joaquim Firmiano de Camargo Pires, que transferiram residência para Itapetininga, Campinas e São Paulo. A eleição de Julio Prestes para a Presidência do Estado, em 1927, abre uma dissidência no poder político local, criando a possibilidade de que uma liderança progressista – João Machado de Araújo, cuja esposa, dona Amélia César Machado de Araújo era ligada por laços de parentesco com o governador – pudesse minar progressivamente a monolítica liderança de Luis Vergueiro, que se opunha aos avanços educacionais desejados. (SOROCABA 350 anos... 2004, p. 187)

E em Sorocaba a procura da elite por uma escola secundária deveria ser grande. Tanto que, na edição de 8 de janeiro de 1918, o *Correio* traz na segunda página, em meio a *reclames* de depurativos e fortificantes, um anúncio do Internato Modelo de São Paulo, *reconhecido pelo Governo Federal, decreto 5618*, oferecendo vagas para os estudantes sorocabanos. *Optima localização, ensino garantido por especializado corpo docente – enviam-se prospectos a pedido. Cursos commercial e gymnasial.*

Entender o que acontece com a política local durante esse período, portanto, torna-se fundamental para melhor compreender em que contexto foi criado o primeiro ginásio público sorocabano.

3.3 A política em Sorocaba

Na Sorocaba de fins dos anos 20, a política estava polarizada entre os apoiadores do senador Luis Pereira de Campos Vergueiro e um grupo de opositoristas que clamava pela renovação de quadros do PRP e, conseqüentemente, do poder político local, já que a democracia da época estava assentada num único partido, cujos interesses se fragmentavam. E nesse aspecto,

Sorocaba, guardadas obviamente as peculiaridades locais, reproduzia fielmente o que acontecia em dimensão nacional.

Luis Pereira de Campos Vergueiro pertencia à quarta geração de descendentes do imigrante português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que teve uma importante participação na política durante o Império.

Nascido em Valporto, um termo de Bragança, Nicolau formou-se bacharel em direito pela Universidade de Coimbra em 1801 e no ano seguinte, com 22 anos de idade, imigrou para o Brasil (AMARAL, 1980, p. 478). Vinte anos depois, fazia parte do governo provisório da Província, na condição de deputado da agricultura. Conforme um sítio ligado ao Instituto Brasileiro de Genealogia, sua árvore genealógica é uma das maiores do Brasil, envolvendo mais de 950 outras famílias, que se cruzaram em 2.671 casamentos.

A forte ligação de Vergueiro com o setor agrícola pode ser ressaltada quando de sua participação no Senado, em 1850, em um debate sobre a conveniência ou não de o Estado custear a vinda de colonos europeus para a lavoura cafeeira. Como escreve Robert W. Slenes em *História da Vida Privada no Brasil*:

Um choque exemplar entre as duas correntes que tentavam controlar a política governamental e captar as verbas oficiais destinadas à imigração ocorrera dois anos antes no Senado. A primeira estocada fora dada pelo Senador Vergueiro, político de grande influência, proprietário de fazendas de café em Limeira e Rio Claro, no Oeste paulista, e um dos mais destacados porta-vozes dos fazendeiros no Parlamento. [...] A seu ver, o governo deveria subvencionar as passagens dos imigrantes que desejassem vir trabalhar nas fazendas brasileiras. (SLENES, 1997, p. 297,298)

Mas para sua época, o patriarca dos Vergueiros tinha idéias avançadas. Segundo Nelson Werneck Sodré, ele foi

um dos próceres da Independência do Brasil e da Revolução de 1831, foi desde a primeira metade do século XIX, em condições adversas, uma das figuras eminentes entre as que, aqui, possuíam um pouco daquele espírito do capitalismo, que caracteriza o burguês... (SODRÉ, 1976, p. 91).

Vergueiro, diz o autor, foi grande proprietário e produtor de café, o primeiro a usar arado no Brasil e em 1857 instituiu um modelo de parceria com colonos

alemães e suíços que, embora não tenha dado certo, não tira o mérito “desse típico representante de uma classe em que se iniciava o processo de aburguesamento, nos moldes que o meio e a época permitiam”. Foi ele o fundador da Fazenda Ibicaba, em Limeira, sede da primeira e uma das mais importantes colônias de imigrantes europeus do Brasil.

Seu neto, também chamado Nicolau Pereira Campos Vergueiro e que, por sua vez, era filho de um outro Luiz Pereira de Campos Vergueiro, não seguiu o mesmo caminho político: aos dez anos, foi morar com dois irmãos na Alemanha e só voltou ao Brasil com 26 anos, formado em medicina pela Universidade de Berlim. Clinicando entre São Paulo e Rio, acabou voltando para a Áustria em 1881. É aí que nasce, no ano seguinte, seu primogênito, Luis Pereira de Campos Vergueiro. Com o filho doente, volta para o Brasil em busca de um clima adequado à sua recuperação. Acaba vindo parar em Sorocaba, onde funda uma clínica para convalescentes que teria sido a primeira do gênero no interior da Província. O grau das relações sociais dos Vergueiro pode ser medido pelos freqüentadores dessa clínica. Famílias como Silva Prado, Souza Queiroz, Paes de Barros, Almeida Prado, entre outras, costumavam utilizar seus serviços.

Portanto, talvez não tenha sido uma simples coincidência que fez com que o bacharel Luis Pereira de Campos Vergueiro fosse nomeado, em janeiro de 1905, Promotor Público em Sorocaba apenas 15 dias depois de sua formatura pela Faculdade de Direito de São Paulo. Seu interesse pela política parece ter se manifestado já aí: foi um dos idealizadores do Centro Acadêmico XI de Agosto, no qual ocupou o cargo de presidente um ano antes de sua nomeação para a Promotoria.

A partir de sua atuação em Sorocaba, Vergueiro foi deputado e senador no Congresso Legislativo do Estado e vereador na Câmara Municipal de 1913 a 1929. Ocupou efetivamente o poder regional praticamente durante toda a segunda metade da Primeira República.

É preciso considerar, ainda, que a o *vergueirismo* foi uma herança política recebida de outro *cacique*, o que significa uma continuidade ao grupo político que iniciou o século XX no poder local. Em 1901, uma crise no partido dividiu o PRP local entre os blocos situacionista, comandado por Nogueira Martins, e dissidentes, cuja

principal liderança era a família Pires Camargo que, em 1903, monta o jornal *Cruzeiro do Sul* para alimentar os ataques à situação.

Porém, as divergências entre esses grupos foram aparentemente resolvidas em 1906, ano do “congraçamento” do PRP em todo estado. A partir desse momento, os Pires de Camargo voltam a participar do grupo dominante na política local enquanto o promotor Luis Pereira de Campos Vergueiro adere a essas forças políticas. Com o tempo, Nogueira Martins passa a liderança ao promotor Campos Vergueiro, que comandará a política efetivamente a partir de 1911 (PINTO, 2003, p. 86)

Por sua vez, o grupo *antivergueirista* era formado principalmente por comerciantes e pequenos empresários, que se aliam a Julio Prestes de Albuquerque, então presidente do Estado, para desalojar o *vergueirismo*. Prestes apoiava tão abertamente os *antivergueiristas* que, segundo efeméride publicada em um jornal local, pedia-lhes “que combatessem o vergueirismo, prometendo que nos daria um ginásio, uma escola normal e uma escola profissional” (Cruzeiro, 29/10/1989). De fato, um ano depois de implantado o Ginásio Municipal – então como escola privada -, começa a funcionar em Sorocaba a *Escola Profissional Fernando Prestes*, que ganha força atuando em cooperação com a Estrada de Ferro Sorocabana. Segundo alguns, teria sido o embrião do Senai, pois deu sustentação a Roberto Mange na implantação, em 1934, do Centro Ferroviário, de quem a escola profissionalizante mantida pelas indústrias herdaria “conceitos, técnicas e métodos, além dos valores humanos incorporados a seu quadro pessoal”, conforme um discurso pronunciado pelo então diretor do Conselho Nacional da Indústria, Fernando Fagundes Neto, nas comemorações feitas pelo jubileu de prata do Senai (OLIVEIRA, 1995, p. 19).

O farmacêutico João Machado de Araújo era a principal liderança do grupo de oposição aos vergueiristas. Sergipano de Aracaju, ele chegou a Sorocaba em 1907, recém-formado pela Faculdade de Farmácia e Medicina da Bahia. E além de farmacêutico, foi também um loteador imobiliário, segundo um cronista sorocabano, para quem Machado de Araújo, que chegou a ser eleito Juiz de Paz, sempre foi um opositor, conforme testemunho de um cronista local:

Ele promoveu importantes loteamentos na cidade, como a gleba da rua Santa Cruz que ia até o rio e que denominou Vila Amélia, em homenagem à esposa.

Em 1910, pela primeira vez foi candidato da oposição ao cargo de prefeito, apoiado pelo grupo do Dr. Braguinha, morto aqui na esquina do boulevard Braguinha. Houve fraude, os vencedores foram derrotados por apenas 15

votos. Interposto recurso ao Supremo, foi o mesmo acolhido alguns anos depois, mas os mandatos já estavam extintos. (CAPUTTI SOBRINHO, 1995, p.115)

Ao lado do farmacêutico e loteador urbano, estavam outros comerciantes. Simpliciano de Almeida, escolhido pela Câmara para o cargo de vice-prefeito de Machado em 1928, era um deles. Sorocabano, descendente de uma tradicional família de tropeiros, só cursou o *Grupo Escolar Antonio Padilha* – como vimos, a primeira escola primária pública da cidade – onde fez parte da primeira turma de formandos. Outro opositor, o também sorocabano Floriano Pacheco, era filho de uma tradicional família dedicada ao comércio de madeiras. Ele se formou em engenharia pela *Escola Politécnica*, mas em 1909, quando tinha 15 anos de idade, foi obrigado a deixar a cidade para fazer o curso secundário. “Quem queria prosseguir os estudos tinha que se mudar daqui”, recordou Pacheco em entrevista ao jornal *Cruzeiro do Sul* (13 abr. 1991, pág 3), relatando que, por força da resistência da corrente ligada à Luis Pereira de Campos Vergueiro, a cidade não tinha escolas secundárias. “Com seus 159 eleitores, concentrados em Salto de Pirapora – (n.a: então distrito, hoje município) – Vergueiro mantinha o controle político da cidade, conservando-se na eterna condição de deputado, embora sempre perdesse as eleições na sede”.

João Cândia Pereira, outro dissidente do PRP, não era ligado ao comércio nem por parentesco – seu pai era ferroviário –, mas tinha fortes laços com a indústria: foi por muito tempo um dos principais gerentes das indústrias Votorantim e, depois, da Matarazzo, entrando posteriormente no ramo de loteamento imobiliário. Ele também fez o curso primário no *Antonio Padilha* antes de formar-se técnico em Contabilidade.

Em 1927, quando Júlio Prestes de Albuquerque assumiu a presidência do Estado de São Paulo, a ala dissidente do Partido Republicano local foi fortalecida. Conforme o testemunho de Vicente Russo, adolescente na época, Prestes, além de ter uma irmã casada com um concunhado do farmacêutico, era “compadre” de Araújo e sempre estava em Sorocaba. “Da mesma família que dividia o poder com os Braguinhas na década de 10, Júlio Prestes torna-se inimigo dos Vergueiros e trabalha para derrubar o diretório”, relatou ele a um jornal local (CRUZEIRO DO SUL, 14/ ago. 1983, p. 12). Na opinião de Russo, caso não houvesse a Revolução de 30, Sorocaba teria sido bastante beneficiada pelo apoio do Presidente do Estado

ao grupo antivergueirista: “Nessa ocasião, foram criadas três escolas secundárias: uma profissional, uma normal e o ginásio. Até então os filhos dos ricos iam estudar em São Paulo. Quando havia um ginásio, era só diurno”.

As causas dessa ruptura no PRP regional ainda estão por merecer um estudo mais aprofundado. Aqui o que vale é destacar que Vergueiro, seja pela forma de se manter no controle ou pelo método de agir, pode ser visto como uma representação do poder político que estava sendo posto em cheque no Brasil. E, contraditoriamente, ele entra em confronto com uma liderança estadual, Julio Prestes, que por sua vez representa, em dimensão nacional, a *política de governadores, o coronelismo*, enfim, a prática política que está sendo combatida no plano nacional.

Mas nem sempre os dois andaram em lados opostos. Como relata Bonadio em um dos capítulos do livro que resume sua tese sobre o impacto da atividade fabril no espaço urbano e na vida social (2004), em 1911, quando acusado pela morte a tiros de três operários, Vergueiro, que exercia o poder *com mão de ferro*, contou com a defesa de um jovem advogado, Julio Prestes, para safar-se do processo:

Era também acusado de recorrer à violência física contra os adversários. No livreto As ocorrências de Sorocaba, reproduzindo peças do processo, principalmente a defesa feita pelo jovem advogado Julio Prestes, mais tarde eleito presidente da República, Vergueiro (São Paulo, 1911) tenta demonstrar que ele e seus correligionários nada tiveram a ver com a morte dos operários Lino Gonçalves, Gastão de Camargo e Belmiro de Oliveira, alcançados por parte dos “mais de 50 tiros de carabina, revólver e garrucha”, disparados contra os manifestantes que haviam acabado de passar em frente ao sobrado em que funcionava o jornal Cruzeiro do Sul. Apesar da veemência da denúncia do promotor José Olimpio Dias, ele e os demais denunciados, inclusive o diretor e redatores do jornal, sequer chegaram a ser pronunciados. (BONADIO, 2004, p. 258).

Júlio Prestes de Albuquerque foi o 13º presidente do Estado. Natural de Itapetininga, cidade vizinha a Sorocaba, era formado em Direito e advogava em São Paulo. Seu pai, o Cel. Fernando Prestes de Albuquerque, foi o quinto presidente do Estado e, embora também advogasse, era fazendeiro e uma das principais lideranças rurais da região itapetiningana. Recebeu o título de *coronel* como integrante da Guarda Nacional, tornando-se posteriormente uma liderança política estadual por sua participação em defesa das tropas leais ao governo estadual durante a revolução de 1924, inserida no movimento *tenentista*. Foi deputado

federal, ocupando a chefia do governo estadual entre 1898 e 1900, assumindo o lugar de Américo Brasiliense após este renunciar. Era o vice-presidente do Estado em 1926 quando, com a morte do presidente do Estado, Carlos de Campos, foi indicado para assumir o posto e, em uma manobra política, renunciou alegando motivos de saúde.

E assim, fiel ao estilo *coronelistas*, abriu espaço para a ascensão do filho. Mas preocupou-se em revestir seu gesto da mais completa legalidade pois, conforme relata Célio Debes em *Júlio Prestes e a Primeira República*, livro publicado em 1982 pela Secretaria Estadual de Cultura para homenagear o centenário de nascimento de Júlio Prestes

A constituição do Estado previa a assunção do governo pelo Vice-Presidente, nos impedimentos do Presidente, ou na vacância do cargo. Nesta última hipótese, aquele completaria o mandato deste. Mas, além de gerar, para si, o impedimento para disputar as eleições para o período subsequente afetava, com a inelegibilidade, seus parentes, consangüíneos e afins, até o quarto grau, na forma do direito civil. Por outro lado, se ambos os cargos se vagassem, seria procedida eleição para o preenchimento dos dois, durando o mandato quatro anos. Dando-se por impedido, por motivo de saúde, para substituir Carlos de Campos, Fernando Prestes não só não comprometeu uma possível candidatura do filho, como deu azo para que se realizassem novas eleições presidenciais. (DEBES, 1982, p. 66)

De acordo com a obra, Júlio Prestes, o caçula do coronel e único homem entre quatro filhos, advogava em São Paulo quando, em 1909, foi indicado para assumir o Congresso Estadual, em substituição a Cândido Mota, eleito para o Congresso Nacional. Prestes foi representante do 4º Distrito Eleitoral, que tinha Itu como cabeça de sede e era formado por 24 municípios, mas nem todos subscreveram a indicação de sua candidatura, embora o representante do partido em Sorocaba o fizesse, ao lado de peerrepistas de Tatuí, Tietê e São Roque, entre outras. Candidato único, obteve 6.247 votos.

Sua estréia na tribuna se verifica quando da discussão de um projeto sobre a construção e conservação de tapumes divisórios das propriedades rurais. “A matéria, como é óbvio, era de interesse direto de seu eleitorado” (DEBES, 1982:, p. 36).

Como pareciam ser também de interesse do seu eleitorado as poucas intervenções feitas por ele no campo educacional: em Itapetininga havia uma escola superior de Farmácia e de Odontologia, EFOI - que mais tarde, segundo historiadores locais, teria sido fechada por retaliações de Getúlio Vargas contra seu

opponente – por cujo reconhecimento Prestes se empenhou, tendo um papel determinante na aprovação da lei 1.914, de dezembro de 1922, que estendia àquele estabelecimento as vantagens das duas *Escolas de Pharmácia* então existentes no Estado:

Acreditamos, portanto, ter sido fundamental a atuação e a influência do senhor Júlio Prestes não apenas na aprovação da lei que reconhecia a EFOI, mas em outros momentos determinantes da ida da Escola e dos caminhos da cidade, pois, a partir do seu pai, coronel Fernando Prestes, sucediam-se vantagens e progressos para a região de Itapetininga [...] (FERREIRA, 2004, p. 105).

Em sua atuação na Câmara estadual, destaca-se pela posição favorável a que o Estado assumisse a Estrada de Ferro Sorocabana – a companhia havia sido arrematada pela União, que queria vendê-la para empresas estrangeiras - e não se registram iniciativas relacionadas à educação, o mesmo acontecendo quando de sua passagem pela Câmara Federal, indicado por um dos quatro distritos estaduais paulistas em 1924.

A partir dos relatórios de seu governo, é possível inferir que durante o período em que exerceu a presidência do Estado suas iniciativas no campo educacional também não foram tão significativas. Nos balanços de governo apresentados no início de cada Legislatura, ele dedica mais espaço ao café, ao judiciário e às finanças. Cita, de passagem, a organização do ensino primário e a abertura de escolas profissionalizantes, mas não fala em números. No lançamento de sua candidatura à Presidência da República, associa a higiene e a instrução e classifica-as como questões geradas por outras condições existenciais, “portanto, a solução depende da prosperidade econômico-financeira do país”. (NAGLE, 1976, p. 108). Em sua plataforma para o Governo do Estado, anunciada em forma de entrevista publicada pelo *Correio Paulistano* de 25 de maio de 1927, o ensino é tratado em um curto tópico, no qual novamente são relacionadas de forma conjunta a instrução pública e a higiene. Ele defende o ensino primário gratuito e destaca a importância dos cursos profissionalizantes, mas nada diz sobre o ensino secundário. Portanto, o objeto da discórdia política com o grupo *vergueirista*, a instrução secundária, não aparecia entre as prioridades do governo de Júlio Prestes.

Mas ao interferir nos problemas do PRP sorocabano, Júlio Prestes sinalizava os rumos que a disputa iria tomar pois,

Como acontecia em outros lugares, as divisões verificadas no partido situacionista de São Paulo refletiam a interação de problemas e personalidades nos níveis local, estadual e federal, mas o controle do governo estadual era uma questão fundamental em cada uma das divisões. (LOVE, 1977, p. 53)

Tudo indica que, ao entrar nessa disputa, Prestes — que pouco depois venceria as eleições para a Presidência da República, mas não assumiria por causa do golpe da Aliança Liberal, que pôs fim à República Velha — se imiscuía numa luta eminentemente local: segundo Love, o PRP sofreu cisões em 1891, 1901, 1907, 1915 e 1924; portanto a cizânia registrada em Sorocaba em 1927 foi um fato isolado na política estadual.

3.4 A economia sorocabana

Como vimos anteriormente, é a partir da indústria têxtil que o modelo industrial-urbano vai se impondo durante a Primeira República. E Sorocaba entrou na década de 20 como um dos redutos da indústria têxtil paulista.

Somente em três fábricas - Estamparia, Santa Rosália e Santa Maria - nas quais tinha participação o inglês John Kenworthy, que veio ao Brasil em 1878 para montar uma indústria em Minas Gerais e acabou ficando por aqui, estavam empregados 8% do operariado em fiação e tecelagem de todo o Estado, conforme a já mencionada estatística da Secretaria das Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de fins de 1920. Dos fusos e teares suas fábricas detinham, respectivamente, 12% e 11% do que havia em São Paulo (idem). Dos cinco maiores capitais, dois estavam em Sorocaba – Votorantim e Santa Rosália (RIBEIRO, 1988).

A presença da indústria têxtil na economia sorocabana no início do século passado pode ser constatada antes disso. Em 1907, um censo preparado pelo Centro Industrial Brasileiro revela que das 100 maiores manufaturas brasileiras quatro – F.Matarazzo, Votorantim, Oetterer, Speers & Cia e a fábrica de chapéus Souza Pereira – tinham raízes na cidade (DEAN, 1977, p. 260/263).

A história local registra a implantação de duas fábricas de tecidos em Sorocaba ainda no período da escravidão – e a falta de mão de obra livre chegou a ser apontada como uma das causas para o primeiro empreendimento não ser levado

adiante. Tal fábrica foi implantada em 1852 por Manuel Lopes de Oliveira e instalada em uma chácara então conhecida popularmente como *Casa Amarela*. Seus teares e fusos eram de madeira e pouco durou, como também teve duração efêmera a descaroadora de algodão que Oliveira tentou implantar ao desativar a fábrica.

Há controvérsias acerca dos motivos do malogro. O proprietário invocou a dificuldade na obtenção de matéria prima. A correspondência da Câmara a respeito do assunto afirma que tivera problema com mão de obra. Esta poderia ser de duas naturezas: carência de pessoal especializado, sobretudo para os níveis de direção ou, como ficou na tradição popular, revolta dos escravos, que teriam destruído os complexos mecanismos. (BONADIO, 2004: 100)

O prédio em que nasceu essa primeira tentativa de industrialização têxtil em Sorocaba ainda existe. Hoje abriga uma escola particular, mas ele abrigou sucessivamente o terceiro Grupo Escolar da cidade, *Senador Vergueiro*; a Escola Municipal *Dr. Achilles de Almeida*; uma escola do Sesi e, por fim uma unidade da Escola Municipal *Dr. Getúlio Vargas*. E como observa um estudo sobre a arquitetura local, o prédio, do começo do século XIX, “é o único exemplar de Sorocaba onde a senzala está preservada”. (PRESTES, 1999, p.113).

A segunda indústria foi fundada em 1882 por um imigrante português, o comerciante Manuel José da Fonseca, e essa sim perdurou beneficiada, entre outros fatores, pela existência, desde 1875, da Estrada de Ferro Sorocabana, criada para facilitar a exportação do algodão das zonas produtoras até o Porto de Santos.

Antes até do que a indústria têxtil, uma outra iniciativa é registrada pela historiografia local: a implantação da primeira siderurgia do Brasil, a Real, posteriormente Imperial, Fábrica de Ferro de Ipanema. Ela foi instalada em fins do século XVIII, tendo perdurado até 1895.

A siderúrgica de Ipanema tem um lugar destaque na história econômica do Brasil, entre outros motivos, por haver sido a primeira fábrica do País, nos termos em que a definem os estudiosos do processo produtivo, a saber, uma unidade de produção para o mercado, realizado fora das casas de seus trabalhadores, em edifícios pertencentes ao empregador e sob rigorosa supervisão deste (HUBERMAN, apud BONADIO, 2004, p.113)

Contudo, como observa o mesmo autor, apesar de sua longa existência, aquela fábrica do período colonial pouco teve influência no crescimento

demográfico, urbanização ou vida social da vila, pois ficava um tanto distante da sede. Mas uma outra atividade também do Brasil Colônia vai marcar, além da indústria têxtil, da estrada de ferro e da cultura de algodão, presença na história econômica da Sorocaba republicana: o tropeirismo.

Iniciada com o ciclo de mineração, essa atividade transformou a cidade num dos principais entrepostos para a compra e venda de muares, animais utilizados como meio para o transporte de viveres e minério durante o auge daquela atividade econômica. E até 1897 foram realizadas na cidade as *Feiras de Muares* que, por cerca de 150 anos, acentuaram sua vocação mercantil e fizeram dela um centro de referência comercial. Mas podem ter feito mais do que isso.

Caio Prado Junior, em um estudo sobre a formação histórica do Brasil, ao abordar o sistema de transporte e comunicação durante o período colonial para tratar da importância das comunicações na construção da vida social, observa que foram duas as formas de interiorização do país. Uma, a partir das vias marítimas; outra, partido do interior. Nesse segundo caso, ele identifica quatro setores – o quarto e último, o do Extremo Sul, tem Sorocaba como ponto de partida, fazendo a interligação e integração do atual estado do Paraná, e penetrando Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Esse setor exerceu “modesta e obscura, mas talvez não menos significativa” função: o comércio de muares.

[...] Isso dava a Sorocaba, lugarejo pacato e amortecido a maior parte do ano, o aspecto animado e intenso de um grande centro bulhento e agitado. Enchiam-se as suas numerosas hospedarias; nas ruas e praças debatiam-se e se fechavam as transações; era um trânsito ininterrupto de homens de negócio e animais, que à noite dava lugar a não menos animadas diversões, em que o jogo, a bebida e a prostituição campeavam neste ajuntamento fortuito de tropeiros, mercadores, mulheres e aventureiros de toda classe, estimulados pelo lucro ou pelo deboche. (ABREU MEDEIROS apud PRADO JUNIOR, P. 237-254)

Já no período Colonial, portanto, Sorocaba vivia períodos de acentuado burburinho citadino, o que pode ter acentuado as características urbanas que vão marcá-la no início da República. Mas as Feiras de Muares também fermentaram as disputas políticas, conforme observa uma análise sobre a vida social em Sorocaba entre os séculos XVIII e XIX:

De uma maneira geral, as atividades mercantis de fazendas secas e de gados estavam nas origens das principais fortunas sorocabanas. [...] À diferença de outras vilas do oeste paulista, Sorocaba dispunha de um rentabilíssimo Registro (de animais) que seria fruto de intensas disputas entre grupos rivais de comerciantes locais. (BACELLAR, 2001, p. 121).

Por volta de 1820, observa esse autor, que utilizou técnicas e métodos de análise de Demografia Histórica em sua tese, os negociantes, sem abrir mão de suas atividades, buscavam vínculos com a lavoura açucareira. Mas no final daquele século, era a ligação do comércio com a produção de algodão a principal atividade de acumulação de capital.

Ou, como analisa outro pesquisador, interessado no estudo da formação da classe operária local, a economia mercantil sorocabana

expande-se de um mercado interno (nacional), com os negócios das feiras de muares, para a exportação do algodão, conseguindo assim a ascendência de uma burguesia comercial ou mesmo agrário-comercial que não havia se destacado anteriormente dentro do tropeirismo. (SILVA, 2000, p. 58)

É possível, assim, constatar que a economia sorocabana, desde meados do século XIX, estava marcada por uma certa mentalidade urbana e industrial ancorada em uma política municipal pautada na garantia de privilégios aos residentes no município e na obtenção de renda sobre o comércio especulativo de comerciantes não domiciliados na região – donos das tropas negociadas nas feiras, submetidos a fortes taxações, segundo as conclusões de uma historiadora em sua dissertação sobre o crescimento da cidade no Império e os conflitos sociais advindos desse processo:

A regularização do espaço urbano nas últimas décadas, inclusive para condicionar a passagem e parada de tropas, as melhorias implementadas e a regulamentação dos usos da cidade apontavam para um modelo racional de vida urbana. A ferrovia era o grande símbolo dessa perspectiva, estimulando iniciativas ousadas de setores urbanos no caminho da industrialização. Não foi por acaso que o mesmo grupo que instalou a Companhia Sorocabana em 1870 organizou, no ano seguinte, uma sociedade anônima denominada “Indústria Sorocabana” para criação de uma grande fábrica de tecidos. (BADDINI, 2002, p. 269)

Para alguns estudiosos, as condições naturais facilitaram a industrialização em sua fase inicial. Como constata Ribeiro, observando a predominância de fazendeiros de algodão ou café entre os fundadores das primeiras indústrias, as fábricas localizavam-se predominantemente nas zonas produtoras de algodão do interior do Estado, em cidades como Sorocaba, Salto, Itu, Tatuí, etc.

A grande disponibilidade de recursos hídricos e de quedas d'água na região sorocabana exerceu, por sua vez, forte influência na localização das primeiras fábricas, por facilitarem a obtenção de energia, através da construção de usina hidroelétrica. (RIBEIRO, 1986, p. 41).

Outra autora confirma essa vantagem da geografia regional na fase de industrialização, mas acrescenta outros fatores que teriam facilitado esse processo:

A industrialização que se processou na região de Sorocaba baseou-se, direta ou indiretamente, em fatores geográficos peculiares ao seu quadro natural e à sua evolução econômica. As bases geográficas que garantem a vida industrial de Sorocaba são: energia elétrica abundante e de fácil obtenção devido às particularidades do relevo e da drenagem; mão de obra numerosa e barata, que abandonou as zonas rurais empobrecidas, atraída pelas comodidades reais ou aparentes do centro urbano; tradição de atividades industriais regionais; possibilidade de concentração horizontal e vertical para algumas empresas em virtude de fontes de energia e de matéria-prima mineral nos terrenos que lhes pertencem, sem mencionar as vias de comunicação ferroviária e rodoviária que permitem o fácil abastecimento das empresas em matéria-prima e o respectivo escoamento de sua produção. (SANTOS, 1999, p. 168)

Em 1920, Sorocaba era uma das 265 cidades brasileiras, 34 paulistas, que contabilizavam mais de 30 mil habitantes (RODRIGUES, 1997, p. 22). Como mostra Santos, se ainda naquele ano a população rural e urbana estavam em equilíbrio, pouco mais de uma década depois o total de moradores na cidade passava já dos 57% (SANTOS, 199, ps. 105-106). Esse crescimento demográfico e crescente urbanização também dirigiram as transformações das instituições, observa Florestan Fernandes:

Os novos habitantes traziam consigo outros estilos de vida, transplantados de diferentes regiões do país ou de terras estrangeiras. Contudo, os antigos moradores ou grupos leais a seus interesses e a seus valores sociais conseguiram manter as posições dominantes na estrutura do poder. [...] O sistema institucional se renova sob a interferência persistente de forças

conservantistas, que operavam principalmente através da família, da igreja e do governo. No entanto, a proletarização dos moradores pobres, nativos ou estrangeiros, concorria para intensificar os efeitos da urbanização na desintegração cultural (FERNANDES, 1975, p. 304)

Além disso, havia a mudança provocada pelo próprio processo de industrialização em curso. Depois de destacar que a fábrica implantada por Manuel José da Fonseca em 1882 havia sido um marco para a cidade, Baddini afirma que a iniciativa valorizou o setor urbano. Entre 1883 e 1887 foram organizadas novas fábricas de pequeno ou médio porte, destinadas à produção de bens de consumo, tais como calçados, chapéus, massas, colchões, cerveja. Também nessa década, motivada pelo impulso industrial, a cidade passou a receber imigrantes italianos, atraídos pela possibilidade de explorar o comércio urbano. “Sorocaba projetou-se, a partir da inauguração da fábrica em 1882, como centro de produção têxtil da província” observa ela, notando que

a imprensa da época mostra o maior dinamismo da população e a crença no progresso local através da indústria. Poucos anos antes, ela lamentava o torpor dos sorocabanos; agora, destacava e valorizava toda iniciativa na manufatura ou indústria local. (BADDINI, 2002, p. 270)

A Primeira República, assim, vai encontrar Sorocaba entre as cidades brasileiras que apresentam um adiantado processo de urbanização, comércio e industrialização em relação a outras regiões do país. E isso pode ter atraído para a cidade, já no início do século XX, alguns imigrantes que acabaram se tornando referência na história da industrialização brasileira, como Francesco Matarazzo, Pereira Ignácio e Francesco e Nicola Scarpa.

“Entre as grandes fortunas amealhadas durante a guerra constam a do português Antônio Pereira Ignácio e a do italiano Nicola Scarpa, que entraram nos anos de conflito em especialíssimas condições de concorrência no mercado têxtil”, informa a revista *IstoÉ Senhor*. “Fabricante de calçados na Região de Sorocaba, Ignácio percebera o grande horizonte da indústria têxtil se ela fosse associada a uma sólida produção de algodão nos cerrados do centro do Estado”. (ISTOÉ SENHOR, 1990, p. 30)

Nicola e o pai, Francesco Scarpa, fizeram fortuna na cidade a partir de uma atividade comercial – fundaram um armazém de secos e molhados em 1880. No início dos anos 20, em sociedade com Antonio Pereira Ignácio, tornaram-se proprietários de um grande número de descarçadores de algodão, até passarem a industrializá-lo. Antes disso, Nicola e Pereira Ignácio assumiram, em 1918, a gerência da fábrica de tecidos Votorantim e arremataram posteriormente os bens da massa falida. Desfeita a sociedade, Ignácio ficou com a fábrica e em colaboração com o genro, José Ermírio de Moraes, deu início à produção de cal e cimento e assim foi constituído aquele que é considerado hoje um dos maiores grupos privados do Brasil, a Indústrias Votorantim.

Francesco Matarazzo começou com um pequeno empório em Sorocaba, onde posteriormente dedicou-se ao comércio de banha, negócio que seria o embrião das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, que mais tarde englobariam uma infinidade de fábricas, de todos os ramos de artigos de consumo diário, conforme a *Revista Istoé Senhor*

Também é nessa ocasião que se vai produzir a construção da imagem de Manchester Paulista. A expressão foi utilizada a partir de 1905, depois de uma visita do superintendente da Estrada de Ferro União Sorocabana e Ytuana (E.F.U.S.Y), Alfredo Eugenio de Almeida Maia, para inaugurar um melhoramento da empresa. Ele usou em seu discurso a expressão *Manchester Brasileira*, mas a referência àquele centro fabril britânico foi incorporada ao imaginário sorocabano, fazendo com que o setor têxtil acabasse “sendo o grande responsável pela imagem de modernidade em Sorocaba” (PINTO, 2003, p. 93).

Não foi uma apropriação isolada. Moradores de algumas outras cidades também reivindicaram para si tal denominação, mas ela vem a calhar bem para uma Sorocaba que ainda se recuperava de duas seguidas epidemias de febre amarela, em 1897 e 1900, e precisa ver sua pujança reconhecida:

Tomado como um grande símbolo, uma síntese que representava o progresso da cidade, o discurso do presidente da Sorocabana alcançou grande repercussão entre os moradores que pretendiam construir uma imagem moderna para o seu centro urbano. O superintendente Alfredo Maia contribuiu, e muito, para que as elites locais pudessem defender a capacidade de desenvolvimento sócio-econômico de Sorocaba. (p. 92)

3.5 Forças Sociais

Se no início do século XX Sorocaba era chamada de *Manchester Paulista*, em meados da década de 20 do mesmo século, o imaginário fabril, segundo Paulo Celso da Silva, a reconstruía como uma *Moscou Brasileira*: a organização operária chega a ser acusada, por alguns historiadores, como responsável pelo ligeiro declínio da economia têxtil local nos primeiros anos da década. Mas é por esse período que começam a se fazer sentir na economia brasileira os prenúncios “do choque inevitável entre o progresso capitalista na cidade – produção industrial – e as relações semi-feudais predominantes no campo” (BASBAUM, 1997, p. 100).

A oposição capital e trabalho, portanto, também fica explícita na história republicana. Em 1919, o Centro de Industrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo passa a adotar uma medida de controle do operariado que começara a ser empregada em Sorocaba. “Nas fábricas sorocabanas todos os operários antes de se apresentarem ao emprego passavam pela Delegacia Regional de Polícia para a elaboração de sua ficha” relata Maria Alice Ribeiro, observando que em telegrama enviado à redação do jornal *d’A Plebe*, um grupo de operários denunciava a prática, protestando porque “até o final do mês estarão concluídas 6 mil fichas que serão encaminhadas ao Gabinete de Investigação da Capital que, por sua vez, dirá se há alguma coisa que abone o identificado” (RIBEIRO, 1986, p. 89).

O capital se articulava de um lado – 10% das empresas ou empresários que assinaram a ata de fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo tinham ligações com Sorocaba. E o trabalho, de outro: quase 25% da população, de 43.488 habitantes, era operária, segundo os Dados Gerais do Estado.

Os operários da fábrica Votorantim, em número de 2.800, se acham em atitude hostil por falta de pagamento. Segundo alegam, há três meses não recebem seus salários e caso o pagamento marcado para hoje não seja feito, será declarada a greve geral. (ISTOÉ/SENHOR, 1990, p. 47)

Essa articulação do trabalho para fazer frente à opressão do capital também acompanha a economia local. Desde o final do século XIX, com a chegada dos imigrantes, é possível constatar esse fato.

A organização de sociedades criadas originalmente para a montagem de esquemas de socorro para os trabalhadores em caso de necessidades, como doença por exemplo, acabaram originando as associações de trabalhadores com finalidades mais amplas, “como questionar a duração da jornada de trabalho e a remuneração dos assalariados” (BONADIO, 2004, p. 252).

Em 1897 tenta-se implantar na cidade um núcleo do Partido Socialista; em 1902 constitui-se a primeira Liga Anarquista. Entre 1909 e 1913 circula o Jornal *O Operário*, que nasceu para auxiliar os trabalhadores na luta por redução da jornada, melhores salários e contra os abusos do capital. Em 1917, registra-se a maior greve:

A 16 de julho, todos os operários têxteis entraram em greve. O comércio fechou suas portas. Vieram 60 praças da Capital. O Tio-de-Guerra auxiliou o policiamento. A 17 já alguns voltavam ao trabalho. Os patrões reuniram-se e acharam justas as reivindicações, atendendo-as imediatamente. (ALMEIDA, 2002, p. 397)

Pelo que foi exposto, fica evidenciado que Sorocaba, no campo político, econômico e social, reproduz o momento de transição vivido pela sociedade brasileira. Politicamente tem o *caciquismo* posto em xeque por um grupo formado, sobretudo, por comerciantes identificados com a *modernidade e o progresso e ideais liberais nacionalistas*. Economicamente, é um centro industrial, que reproduz a nova face do capital que, por sua vez, começa a enfrentar o antagonismo intrínseco nessa forma de relação de produção. É no final dos anos 20 do século passado que essa fase de transição se faz sentir de forma mais aguda.

Mas no campo da educação, enquanto nacionalmente o debate vai se deslocando do terreno político para o técnico, em Sorocaba uma escola secundária vai se transformar no centro do debate político, conforme verificaremos no próximo capítulo.

4 O GINÁSIO MUNICIPAL

Neste último capítulo, aprofundamo-nos no tema-objeto deste estudo, contextualizando a implantação do ginásio a partir dos padrões de pensamento e realização manifestados pela classe política sorocabana na época. E procuramos evidenciar as formas como as categorias *entusiasmo* e *otimismo* podem ter se manifestado no processo de criação da escola, buscando demonstrar que, diferentemente do que ocorre nos campos social, político e econômico, no educacional, particularmente no que diz respeito àqueles momentos de significação histórica, Sorocaba parece não reproduzir exatamente o que ocorre em dimensão nacional.

4.1 A primeira Lei

A primeira lei criando o Ginásio Municipal de Sorocaba foi editada ainda no período vergueirista. Seu autor, o vereador Gustavo Schreppel, era o único opositor do grupo de oito vereadores que havia sido eleito em 1925 e, como demonstramos anteriormente, sua presença na Câmara representou o primeiro revés para o vergueirismo, que desde o início da década anterior dava as cartas no jogo político local.

O projeto de Schreppel, depois transformado na Lei 204, foi colocado em votação no dia 26 de outubro de 1927 e estranhamente aprovado por uma legislatura presidida por Luis Pereira de Campos Vergueiro. Mas isso foi possível provavelmente porque situação e oposição tinham entrado em acordo quanto à escola: no dia 7 de outubro realizou-se na Câmara Municipal uma reunião entre membros do diretório e vereadores para, segundo noticiou o jornal *Cruzeiro do Sul* (7 out. 1927, p. 1), trocarem idéias a respeito da criação de um ginásio a ser mantido pela Câmara. A notícia diz que a proposta foi bem recebida por todos, informa que ficou estipulada a destinação de uma verba de 60 contos de réis para ajudar na manutenção da escola e lista os presentes, entre eles o próprio Vergueiro e um dos líderes do grupo de oposição, João Machado de Araújo.

A essa altura, o poder de Vergueiro parecia em declínio. Dois meses antes, como vimos no capítulo anterior, em uma reunião da qual participara um enviado do presidente do Estado, Julio Prestes, o vergueirismo havia sido praticamente decapitado do comando do partido. Para a tarefa de rearticular o diretório local, Prestes delegou a função a alguém bem próximo, seu cunhado Francisco de Paula Bernardes Junior, que tinha assumido seu lugar na Assembléia quando ele, Prestes, havia passado à Câmara Federal, o que demonstra o grau de interesse manifestado pelo governante paulista na política sorocabana.

Somente dois vergueiristas permaneceram na cúpula do PRP local, composta por 11 membros, sendo o grupo que assumiu formado principalmente por comerciantes - o único industrial da lista, Onaldo Machado, renunciou logo depois, o mesmo fazendo os dois vergueiristas, João Clímaco de Camargo Pires e Jorge Betti. Entre os 11, cinco eram integrantes da Loja Maçônica Perseverança III, uma instituição que teve uma participação importante na história da educação escolar em Sorocaba, bem como na política e economia local, como veremos mais adiante. Eram eles João Padilha de Camargo, João Ferreira da Silva, Renato Mascarenhas, João Câncio Pereira e Gustavo Schereppel.

O resultado daquela reunião, como observou uma retrospectiva histórica publicada por um jornal local, produziu um

[...] momento de dualidade. O governo estadual controla o diretório; a cidade é governada pelo prefeito Jorge Moises Beti e uma Câmara em que a única voz não vergueirista é a de Gustavo Schreppel. (SOROCABA, 350 ANOS. .. 2004, p. 69)

Como no dia seguinte à eleição do novo diretório, ao dar posse aos escolhidos, o representante de Prestes já ouvira do vice-presidente empossado, João Padilha de Camargo, aquela que teria sido a primeira cobrança pública por um ginásio, tudo sinalizava para a existência de um acordo quanto a esse ponto.

E de fato, no dia 25 de novembro a Câmara aprova o projeto de lei de autoria de Schereppel, sendo que em 3 de dezembro de 1927 o prefeito Jorge Moisés Beti, da ala de Vergueiro, a sanciona.

A Lei 204 tem nove artigos. O primeiro determina a criação do Ginásio Municipal de Sorocaba; o segundo estabelece que a escola adotará o programa do Colégio Pedro II; o terceiro, que entrará em funcionamento em 90 dias e a Câmara

providenciaria o pedido de equiparação, assumindo os encargos do Decreto 16.782 A. Trata-se da reforma de 1925 que, como vimos anteriormente, estabeleceu a seriação obrigatória, aumentou a duração do curso para seis anos, mas, por força de decretos posteriores, continuava permitindo os exames parcelados. A lei também estabelecia uma série de exigências para os procedimentos necessários à equiparação, como seguir o regimento do Colégio Pedro II e comprovar a existência de uma associação com capital de 200 contos de réis para garantir o funcionamento e manutenção da escola, bem como custear despesas das juntas examinadoras.

Em seu artigo quarto, deixa aberta uma possibilidade que pode ser entendida como mais uma demonstração do envolvimento da maçonaria com a escola e, por extensão, com o grupo oposicionista: se a Câmara julgasse conveniente, poderia, “mediante acordo prévio, aproveitar as instalações, mobiliário, material, etc., de qualquer dos estabelecimentos de ensino da cidade”. E foi em instalações cedidas pela maçonaria que o Ginásio começou a funcionar. Na véspera mesmo da votação do projeto de Schereppel em primeira discussão, a loja maçônica havia enviado um ofício ao prefeito cedendo as instalações da escola noturna mantida por ela, “sem pensar em aluguel ou quaisquer outras despesas”. Mas não obteve resposta, e o fato ficou registrado no livro de atas da Perseverança III (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 543).

A lei trata também do salário dos professores, afirma que a nomeação do pessoal administrativo ficará a cargo do prefeito e garante autonomia ao corpo docente, que será encarregado de eleger o diretor. E em seu oitavo artigo estipula a abertura de um crédito de 60 contos de réis para custear a escola.

Contudo é a falta de recursos que vai servir de pretexto para uma resolução tomada pela Câmara em janeiro do ano seguinte, suspendendo a execução da Lei 204: assinada por cinco vereadores, Vergueiro encabeçando a lista, a medida diz ser mais prudente não levar o Ginásio adiante, pois, como o Governo estadual não havia incluído no orçamento daquele ano os 30 contos de réis que iriam completar o montante destinado pela Câmara Municipal para a manutenção da escola – um dado que até aquele momento era desconhecido publicamente – o município não teria condições de arcar com os custos do Ginásio, correndo o risco de entregar uma obra incompleta ou ter que interromper seu funcionamento em breve. Com menos de cem contos de réis, contabiliza, seria impossível administrar o Ginásio.

Na mesma sessão, o autor da lei, Gustavo Schereppel, assina uma moção de protesto, afirmando que, confiando na Câmara, muitos pais e tutores de crianças em idade de receber instrução secundária, “mandaram prepará-las para os respectivos exames de admissão que deveriam realizar-se em março vindouro”. Acusa o prefeito Jorge Moisés Beti de julgar-se “com o absurdo direito de sobrepor a sua vontade à vontade soberana da maioria” e afirma que aquela atitude era altamente comprometedora “para o crédito moral dos homens públicos”, mas nada fala sobre a ajuda estadual que, segundo os situacionistas, teria motivado a decisão da Câmara. Pelo contrário: Schereppel dá a entender que a culpa é do prefeito, por não ter nomeado o corpo docente e administrativo em tempo, “anulando assim, de fato, uma lei regularmente discutida e aprovada e uma disposição clara e expressa do orçamento municipal”.

A moção de protesto do vereador recebeu amplo destaque na edição do *Correio de Sorocaba* de 29 de janeiro de 1928, todinha dedicada a criticar a resolução da Câmara. Em sua edição do dia 19 o jornal havia publicado uma comunicação do diretório dando conta de que as aulas iriam começar em fevereiro, informando os nomes dos componentes do corpo docente, do diretor, o farmacêutico João Machado de Araújo, e divulgando o edital de abertura das inscrições, “até 10 de fevereiro”, para os exames de admissão que seriam realizados em março. A decisão da Câmara, assim, desmentia aquela afirmação, deixando exposta a contradição que a dualidade de poder manifestava em Sorocaba, o que de certa forma também traduzia a insensatez do sistema político na Primeira República: o diretório do partido, que representava de fato o poder político, criava um ginásio *municipal*, enquanto os responsáveis pelo poder político de direito, embora pertencessem ao partido, o negavam. Ambos, cada um à sua maneira, se *apossando* de um bem público.

Não surpreende também o fato de o *Correio* ter dedicado praticamente toda aquela edição ao assunto, pois eram os jornais os encarregados de alimentar a polêmica. E são eles uma das principais fontes para estudar os padrões de pensamento da oligarquia sorocabana naquele período, já que os canais de expressão de ambas as correntes eram o *Cruzeiro do Sul*, do lado situacionista, e *Correio de Sorocaba*, com a oposição.

Pois os jornais, assim como outros meios impressos, tiveram um papel importante nesse e em outros debates travados naquela época. Em dissertação de

mestrado na qual busca refletir sobre o processo de formação da concepção de modernidade capitalista em Sorocaba a partir das relações cultura-cidade, e tendo como foco de estudo revistas e almanaques produzidos na primeira década do século passado, Pinto pontua que os embates sócio-culturais estão evidenciados nas publicações dessa imprensa, uma vez que elas exprimem as concepções culturais das classes sociais que representam:

A primeira república apresentou um universo social diferenciado na cidade, mas complexo na comparação com a época imperial. Os embates entre grupos políticos tradicionais e setores sociais em ascensão foram registrados em jornais, revistas, almanaques, panfletos, cartas, etc. Procurando atender, tanto às necessidades de um mercado consumidor em expansão como concorrer com as forças políticas que pretendiam potencializar sua capacidade de articulação – ao mesmo tempo em que buscavam maior visibilidade e legitimidade social -, as classes dominantes sorocabanas investiram na ampliação do parque tipográfico local (PINTO, 2003, p. 105)

É possível acrescentar, ainda, que esse meio também foi utilizado como forma de propagação de idéias por outros grupos sociais que ganhavam densidade na Sorocaba republicana. Em 1910, quando a eleição para a presidência da República opôs Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, os canais de expressão dos *hermistas*, partidários da candidatura do general eleito e grupo sob o qual se abrigaram os opositores de Vergueiro, eram dois jornais, que representavam diferentes classes: *O Operário*, que segundo Bonadio (2004) “fazia eco entre os trabalhadores das teses defendidas pelo jornal de oposição da classe média, *Cidade de Sorocaba*”. Contra ambos, estava o *Cruzeiro do Sul*.

Um dos mais antigos jornais do interior hoje em circulação, o *Cruzeiro do Sul* foi fundado em 1903, por uma dissidência do PRP local, para combater outra publicação, o *15 de Novembro*, de apoio à situação e fechada pouco tempo depois. Entre os dissidentes, encontravam-se João Clímaco e Joaquim Firmiano de Camargo Pires, ambos filhos de Benedito Pires, também ele um cacique da política local. Do lado situacionista, estavam o presidente do diretório, Luis Nogueira Martins, *chefe* político, e o advogado Joaquim Marques Ferreira Braga, o Dr. Braguinha, contrário à ascensão no partido do jovem promotor Luis Vergueiro, embora ambos pertencessem ao mesmo grupo. A morte do advogado em 1911 – assassinado por um empresário que teve cassada a concessão para implantar iluminação elétrica na cidade – deixa o caminho livre para o vergueirismo. A partir de 1906, com um

acordo estadual que se reflete no diretório local e a posse de João Clímaco de Camargo Pires na Prefeitura, o *Cruzeiro do Sul* vira situacionista. Em 1907, torna-se jornal diário, continuando até hoje ligado à maçonaria.

O *Correio de Sorocaba*, bi-semanário com circulação as quintas e domingos que existiu até 1930, quando foi empastelado supostamente por adeptos da Aliança Liberal durante as comemorações pró-Vargas, foi fundado em 1924 pelo promotor Diogo Moreira Sales, maçom que chegou a presidir a Loja Perseverança III, tornando-se o principal meio de expressão das idéias oposicionistas e, nessa condição, um ardoroso defensor do Ginásio. E com esse ardor pode ter posto lenha na fogueira da vaidade política, a ponto de provocar o recuo do grupo situacionista na questão do Ginásio, conforme hipótese levantada por Vieira (9 mar. 86), que elenca a notícia publicada pelo jornal em 19 de janeiro de 1928, na qual antecipa nomes do corpo docente e a abertura das inscrições, como uma das causas que pode ter desagradado ao grupo vergueirista – as outras seriam o fato de a idéia ter partido da oposição ou ainda tratar-se de uma estratégia política do grupo no poder.

Mas é bem provável que aquela precipitação tenha contribuído para tanto. Afinal, o grupo oposicionista havia conquistado o diretório, mas ainda não ocupava efetivamente o poder – o que só aconteceria em outubro, quando seriam realizadas as eleições - e a nomeação dos professores, estabelecia a lei, competia ao prefeito; além do mais, no comunicado da abertura das inscrições, está expresso claramente que o Ginásio foi um estabelecimento fundado pelo “diretório republicano de Sorocaba”. Os que estavam de fato com o poder político podem não ter gostado...

Quanto à alegada falta de recursos, ela parece não ter amparo na realidade. Embora sem fazer ligação entre um e outro fato, em sua edição 317 (18 dez. 1927) o *Correio* trouxe um artigo criticando a Câmara pelo excesso de receita, de “234 contos”, e insinua que esse aumento da arrecadação ocorreu por conta da excessiva preocupação de Vergueiro com a construção de um novo Matadouro. Dinheiro, pelo jeito, não estava faltando.

Seja como for, o Ginásio entrou em funcionamento, tal como estava previsto.

4.2 Municipalização

Municipal só no nome, mas particular de fato e sustentado com subvenção da Loja maçônica Perseverança III, o Ginásio Municipal de Sorocaba teve sua primeira

aula inaugural em 2 de abril de 1928. Funcionava no mesmo prédio em que a maçonaria mantinha a escola gratuita noturna - na atual esquina das ruas Barão do Rio Branco e São Bento, onde hoje está o edifício em que funciona a Perseverança III - e cobrava uma taxa anual de 120 mil réis, que podiam ser pagos “parceladamente”.

Dos 62 alunos inscritos para a prova de admissão, três não compareceram e 54 fizeram a matrícula. Na solene aula inaugural, o diretor apresentou o corpo docente, o mesmo que havia sido divulgado pelo *Correio* em 19 de janeiro, e falaram aos alunos Albertino Manente (Aritmética), José Pereira da Fonseca Junior (Desenho), José Reginato (Francês e Inglês), Achilles de Almeida (Português e Instrução Moral e Cívica) e Antonio Funes (Geografia). E todos, segundo a edição do *Correio* de 5 de abril de 1928, além de demonstrar “de modo exuberante e claro” as vantagens para Sorocaba da organização de uma casa de ensino como aquela, “salientaram o grande patriotismo e o grande amor à instrução por parte do nosso digno partido Republicano Paulista”.

Tomando o “amor a Pátria e à instrução” como um exemplo do padrão de pensamento do grupo aglutinado em torno do Ginásio, nota-se o revigorar das idéias liberais nacionalistas que marca esse período. E também uma coincidência entre o discurso dos professores sorocabanos de 1928 com aquele verificado nos primórdios do entusiasmo pela educação, tal como as propostas da Liga Nacionalista de São Paulo, em 1917, nas quais o “soerguimento moral da nacionalidade” torna-se possível pela disseminação da educação. E este, segundo Nagle (1977), *é o caminho pelo qual se ingressa no entusiasmo pela educação*.

E entusiasmo também não faltou nas páginas do *Correio* informando sobre aquela aula inaugural. Depois de situar a localização do prédio e detalhar que ele tem cinco amplas janelas por onde “a luz se derrama exuberante”, a notícia que ocupa a primeira página da edição de 5 de abril descreve que na “face daqueles alunos bailava um sorriso de íntimo regozijo pela significação daquele dia, daquele momento”.

A preocupação em destacar um detalhe do prédio pode até ter sido intencional, mas certamente alimentou no debate da Sorocaba do final da Primeira República um tema presente no padrão de pensamento registrado mais de uma década antes, no vigor do *entusiasmo*.

Pode ter sido intencional porque a precariedade das instalações era um dos pontos em que os situacionistas se apegavam para criticar a escola: em 28 de outubro daquele ano, quase seis meses depois de iniciadas as aulas, o *Cruzeiro do Sul* publicou um artigo no qual dizia que as instalações do Ginásio eram acanhadas e os alunos obrigados a ficar na rua durante o recreio por falta de espaço. Nove meses antes, ao noticiar a decisão da Câmara de suspender a aplicação da Lei 204 (edição de 28 de janeiro), o jornal já havia antecipado esse tema, em um artigo em que dizia ter sido sensata a decisão da edilidade, pois, sem recursos, o município adia a instalação do Ginásio ou corria o risco de criá-lo em “moldes acanhados”, deficiente, até com *prejuízos dos méritos do corpo docente*. Essa última afirmação mexeu com o brio de alguns professores e alimentou uma longa polêmica. O professor Renato Fleury, em um pronunciamento no qual defende que o ginásio deve ser feito como for possível, “modesto ou primando pelo luxo”, afirmou:

Quanto aos prejuízos até dos méritos do corpo docente, além de ofensiva essa afirmação oriunda, por certo, de cochilo – não posso crê-la intencional – demonstra uma desoladora falta de noção do valor de uma escola, ainda que, em pleno século XX, instalada com a evangélica pobreza daquela humilde escola de Anchieta, semente fecunda de cuja pujante deiscência brotou Piratininga, a maravilhosa São Paulo de hoje. (VIEIRA, *Cruzeiro do Sul* 9 mar 86)

E esse fato trouxe ao debate local um outro tema que esteve nos primórdios do *entusiasmo pela educação*, quando a suntuosidade dos prédios escolares era uma das maneiras de evidenciar a expansão da instrução e a importância da escola: “Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente” (CARVALHO, 1989:, p. 25). Talvez sem o saber, e contraditoriamente, o grupo que se opunha ao Ginásio assumia em defesa das suas idéias contra a implantação da escola secundária pública um padrão de pensamento manifestado por idealistas da causa Republicana, que defendiam exatamente a ampliação no número de escolas para levar a instrução ao povo e acabar com a *hidra do analfabetismo*, como muitos diziam na época.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o ginásio pôs *lenha na fogueira* no debate entre os dois grupos. E, no que diz respeito aos objetivos do estudo aqui apresentado, ao longo de tal debate surgem inúmeras demonstrações de haver um certo descompasso, no campo educacional, entre padrões de pensamento e de realização manifestados nacional e localmente no que diz respeito às categorias

com as quais trabalhamos, o *entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico*. A segunda, como vimos, caracteriza-se pelo deslocamento do debate educacional do campo técnico para o político e pela ênfase nas questões pedagógicas, enquanto o *entusiasmo* enfatiza a difusão da instrução escolar e a educação é um dos principais temas do debate político.

Um exemplo do que foi exposto acima: em novembro de 1928 realizou-se em Belo Horizonte a II Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (A.B.E.), fundada em 1924, que representou a primeira forma de institucionalizar a discussão dos problemas de escolarização em âmbito nacional e, de certa maneira, foi uma das responsáveis pelo deslocamento dos debates sobre a escolarização para ambientes mais amplos, especialmente educacionais (NAGLE, 1976), uma das formas de manifestação do *otimismo*. A organização do ensino secundário foi um dos sete temas oficiais daquele encontro, mas ele nem repercutiu em Sorocaba.

Na cidade, o que estava em destaque era a notícia de que, juntamente com a municipalização do Ginásio, a ser anunciada tão logo fosse empossada a nova Câmara Municipal, eleita no mês anterior, seriam criadas a Escola Normal Livre e a Escola Profissionalizante, como saudava a edição do Correio do dia 11. O tema da escolarização, portanto, continuava restrito ao campo político e era uma *bandeira do entusiasmo*, a difusão de escolas, só que desta vez secundárias, que continuava animando o debate educacional em Sorocaba.

A nova Câmara foi empossada em 15 de janeiro do ano seguinte, 1929, sendo que, tal como estava previsto, nenhum dentre os oito eleitos era partidário de Vergueiro. Os vereadores escolheram entre si o novo prefeito e a indicação recaiu sobre João Machado de Araújo, diretor do Ginásio. Terminada a solenidade de posse, eles se reuniram em uma sessão extraordinária para votar e aprovar o projeto de Araújo, que se transformou na Lei 209, a qual estabelece a municipalização do ginásio. Foi esse o primeiro decreto assinado pelo novo prefeito.

Publicada em 16 de janeiro de 1929, com 11 artigos, a lei que oficializou o Ginásio é praticamente uma reprodução da lei de Gustavo Schereppel decretada em 1927, com algumas modificações, dentre elas a forma de escolha do diretor, que deixa de ser feita por eleição do corpo docente e passa a ser atribuição do prefeito, a realização de concurso para a contratação de novos professores e a supressão do artigo especificando os vencimentos do corpo docente e do pessoal administrativo.

Mas as principais mudanças ficam por conta da inclusão de dois pontos não contemplados pela lei anterior. Um é a implantação da Escola Normal Livre, objeto de três artigos - o 6º, estabelecendo sua criação; o 7º, que a Câmara assumirá todos os gastos decorrentes da Lei estadual 2.269 de 1927 que reformou a instrução pública, e o 8º, que seu corpo docente será o mesmo do Ginásio, sendo facultado ao prefeito nomear os professores de ginástica, trabalhos manuais e música. Outro diz respeito às taxas cobradas, a serem estabelecidas pela Prefeitura e pela Câmara, “que devem ser as mais módicas possíveis, não podendo a municipalidade fazer desses estabelecimentos fontes de renda com fito de lucro”, conforme o artigo 9º, que vem acompanhado de um parágrafo único, destinando dez vagas gratuitas em cada série para “meninos pobres de ambos os sexos” quando órfãos, filhos ou tutelados de pessoas que não possuem renda superior a 300 mil réis. Para se ter uma noção das classes sociais que poderiam ser beneficiadas, na lei aprovada dois anos antes tal valor era o equivalente a dois meses do salário de um porteiro do Ginásio ou ao recebimento mensal do secretário, que iria acumular a função de bibliotecário, conforme o fixado no parágrafo único do artigo 6º da lei 204.

Essa preocupação assistencialista, de “levar a escola aos mais pobres”, permeou todo o debate durante o período em que o *entusiasmo pela educação* se sobrepôs ao *otimismo pedagógico*. Também foi assim em Sorocaba mesmo no final da Primeira República, com a particularidade de que esse dispositivo da lei pode posteriormente ter sido a causa do assassinato do interventor David Alves Athaíde, morto a tiros durante uma manifestação pública na praça central da cidade. O crime nunca foi devidamente esclarecido e, suspeitou Vieira (CRUZEIRO DO SUL, 13 abr.1986), uma de suas causas pode estar associada ao fato de Athayde, o primeiro interventor nomeado para a cidade após a Revolução Constitucionalista de 1932, e em favor da qual Sorocaba se posicionou ruidosamente, ter sido o responsável pela instituição de uma tabela para a cobrança das taxas do Ginásio, regulamentando assim uma falha da lei 209 que não estipulava esses valores, e ter reduzido o número de beneficiados pela gratuidade.

A suspeita levantada pelo historiador sorocabano aparece no penúltimo da série de oito artigos publicados semanalmente por ele entre 2 de fevereiro e 20 de abril de 1986 no jornal *Cruzeiro do Sul*, com uma síntese da história da escola *Julio Prestes de Albuquerque* que se tornou uma das principais fontes de referência para quem se interessa pelo assunto. E essa sua pesquisa foi motivada pela controvérsia

causada por uma efeméride publicada em sua coluna em dezembro de 1985, dando conta de que em 3 de dezembro de 1927 o prefeito Jorge Moisés Betti Filho havia assinado uma lei – a 204 – que deu origem ao estabelecimento. Um dos descendentes de João Machado de Araújo, o médico Cláudio César Machado de Araújo, enviou uma longa carta ao jornal discordando daquela informação, relembando uma nota anterior na qual o próprio colunista admitia ter sido a escola criada pelo farmacêutico o embrião do Ginásio, queixando-se da omissão de seu nome em carta sobre o mesmo assunto enviada anteriormente ao jornal e colocando-se à disposição para comprovar ter sido o projeto de seu pai o verdadeiro responsável pelo primeiro ginásio público sorocabano, uma vez que, concretamente, a lei 204 não resultou na criação de escola alguma. Escreveu o médico:

O Gymnasio Municipal de Sorocaba que verdadeiramente funcionou foi o estabelecimento criado por um grupo de cidadãos abnegados, entre eles João Machado de Araújo, seu primeiro diretor, o qual, pela Lei Municipal 209, de 10 de janeiro de 1929 (n.a: há aqui um equívoco do autor da carta, pois a lei é de 16 de janeiro), sancionada por coincidência pelo próprio João Machado de Araújo, na qualidade de prefeito municipal, veio a ser encampado pela municipalidade. (CRUZEIRO DO SUL, 19 jan 1986)

E de fato, a história local registra 1928 como o ano de fundação da escola, embora ainda exista uma terceira versão, a do professor Renato Sêneca Fleury que, como vimos, participou da polêmica surgida ao final dos anos 20. Ele tem como certo que a data de nascimento do primeiro ginásio público deve ser lembrada quando da promulgação pelo governo estadual da lei 6.6091, aceitando como doação o prédio onde iria funcionar o estabelecimento, estadualizando a escola e dando-lhe o nome do ex-governador do Estado. Em artigo num jornal, ele afirma categórico

O chamado “Estadão”, portanto, existe realmente, como novo estabelecimento escolar de Sorocaba, a partir de 1934, ano de sua criação. O Ginásio e a Escola Normal existem desde 1928, nunca interromperam suas aulas, estão comemorando o cinquentenário. (CRUZEIRO DO SUL, 9 abr. 1978)

Mesmo discordando da efeméride oficial, o professor não deixa de reconhecer a participação do diretório do Partido Republicano para a fundação da escola e cita, entre outros, os nomes do cel. João Padilha e de João Machado de Araújo, que abrem a lista com a relação dos membros do diretório àquela época.

Tomando como referencial os padrões de realização, a participação do médico João Machado de Araújo sem dúvida foi bastante significativa para a implantação da escola, pois foi ele quem ficou à testa do empreendimento. Sua ligação com Julio Prestes de Albuquerque, sua antiga oposição política à Vergueiro – em 1910, apoiado pelo grupo do Dr. Braguinha foi candidato de oposição, sendo derrotado e recorrendo à Justiça, em vão, com uma denúncia de fraude – e o seu primeiro ato como prefeito reafirmam isso. Contudo, a idéia de criação do Ginásio é atribuída ao coronel João Padilha de Camargo, um dos integrantes do grupo maçônico que esteve ao lado do farmacêutico na disputa pelo enfraquecimento de Vergueiro e pela implantação do ginásio público.

Assim, não deve ter sido acaso o fato de o cel. Padilha ser escolhido para, na condição de vice-presidente do diretório do Partido Republicano nomeado naquela ocasião, fazer a saudação ao enviado de Prestes em agosto de 1927 e que se constituiu, como vimos, na primeira notícia de cobrança pública em pró do ginásio. No preâmbulo do artigo em que reporta tal discurso, na edição do *Correio* do dia 14 daquele mês, Diogo Moreira Sales refere-se ao cel. Padilha como alguém de reconhecida ilustração e competência, “que estudou o assunto sob todos os seus aspectos, apoiando-se em vasta messe de exemplos colhidos pela observação dos fatos”. Até o grupo situacionista reconheceu no cel. Padilha o principal fomentador da idéia, tanto que na edição de 3 de outubro de 1928, mesmo com o Ginásio Municipal já em funcionamento, o *Cruzeiro* continua *agourando* a escola, dando a entender que ela poderia soçobrar pois não tinha mais tantos adeptos e usa Padilha como exemplo. Em uma notícia publicada em primeira página, o jornal afirma que a idéia do ginásio não tem mais aquele “calor de princípio” e que um dos “sinceros entusiastas” pela viabilidade da escola, o cel João Padilha de Camargo, chegou a pedir demissão da presidência do diretório, desanimado com o esmorecimento dos companheiros em levar adiante a iniciativa “que, diga-se com justiça, lhe cabe em maior parte”.

Quase um ano antes, o próprio cel. Padilha havia sido escalado para, em uma polêmica alimentada nas páginas do *Correio*, responder a uma manifestação de Roque Antunes, sorocabano e professor da Escola Normal de Itapetininga, posicionando-se contra o Ginásio.

Num artigo com o título “O que nos convém”, publicado na primeira página da edição 290 (15 set. 1927), Antunes afirma reconhecer que Sorocaba,

essencialmente industrial, vive no maior abandono e deveria receber mais atenção do governo. Mas afiança que, em sua opinião, dever-se-ia batalhar por uma escola profissional, uma vez que, sendo ela uma cidade pobre, a criação de um ginásio seria uma grave injustiça já que iria favorecer apenas uma “parte diminuta da população”. A instituição da frequência obrigatória, ao seu ver, agravava ainda mais ainda a situação, pois “os filhos das famílias menos abastadas” não poderiam levar adiante seus estudos. Nessa mesma edição, na última página, Diogo Sales assina uma pequena nota informando que a partir dos próximos números, o cel. João Padilha de Camargo começaria a defender sua feliz idéia, mostrando “com argumentos fortes” as razões pela criação do Ginásio.

Esses artigos, publicados entre as edições 292 (29 set. 1927) e 302 (27 out. 1927), podem ser significativos para a compreensão do padrão de pensamento que norteou a criação do ginásio. Afinal, trata-se das idéias do idealizador dessa obra, e nelas é possível identificar mais aproximadamente como o *entusiasmo* e o *otimismo* se apresentam em Sorocaba ao final da Primeira República, trabalhando, como estamos fazendo, com esses movimentos enquanto categorias empíricas, tal como definidas por Minayo (2000), o que permite utilizá-las simultaneamente para a compreensão de um quadro mais amplo da realidade e expressá-las em sua especificidade, conforme foi exposto no primeiro capítulo.

Na edição 292, de 22 de setembro de 1927, o *Correio* traz o primeiro da série de cinco artigos nos quais o responsável pela idéia expõe seu pensamento sobre a importância de um ginásio.

Intitulado *Gimnasyo I*, o texto inicia afirmando não haver desejável paralelismo entre “a nossa crescente prosperidade econômica e a nossa cultura intellectual, pela falta de ensino secundário, até aqui criminosamente descurado pelos próceres da situação política”. Ao referir-se ao artigo de Roque Antunes, diz que ele traz em foco uma velha aspiração popular e utiliza um argumento utilizado pelo articulista para fundamentar sua própria argumentação:

Justamente é esse o motivo de maior relevância, o de Sorocaba ser pobre e não ter possibilidade de mandar instruir fora os seus filhos, que nos leva a empreender a campanha. Acha o illustrado professor que n'uma verdadeira democracia o ensino secundário e superior deva constituir privilégio da plutocracia e os filhos do povo, os pobres, ainda que com excelentes dotes da natureza, devam baixar a mira dos seus ideaes e estiolarem-se atté por falta de recursos, quando se suppõe que o direito da instrução deve ser igual para todos?

A verdadeira democracia, a que não mente a seus fins, é aquella que, bem aparelhada, favorece a cada individuo os meios efficientes de desenvolver o seu physico, o su moral, a sua intelligência e de, mediante esforços próprios e méritos, poder subir das mais baixas às mais altas camadas da sociedade.

O artigo cita os Estados Unidos como exemplo dos avanços científicos e técnicos obtidos com a difusão do ensino e afirma que o curso primário sem o complemento do secundário prepara apenas para ler e não refletir, não exercita o pensar bem, “não desenvolve a vontade calma e inteligente, mas o desejo impetuoso e brutal”. E a difusão do ensino secundário irá fornecer “às classes laboriosas e proletárias, a possibilidade prática de mediante economia e pequenos sacrifícios, educarem seus filhos; dar-lhes a esperança de progredirem”.

Tanto nesse como nos outro quatro artigos podem também ser identificados o que Nagle (1976) classifica como o renascer do ideário liberal-nacionalista - embasado em representação, justiça e escolarização -, presente no início da República, que sofre um arrefecimento e retorna com força nos anos 20-30, produzindo, em conjunto com as transformações econômicas, políticas e sociais, as categorias de análise com as quais estamos trabalhando.

No segundo artigo, por exemplo, o cel. Padilha lembra de forma elogiosa a Cesário Mota, “um republicano histórico”, que organiza a escola primária e vê fracassar uma das primeiras tentativas de opinião num regime democrático e representativo.

Arrefeceu, como por encanto, o entusiasmo geral, alienou-se muita simpatia, correu sem interesse o pleito, vieram a falta de fé e o desânimo que por sua vez geraram o indiferentismo e a frieza, que influenciaram sobre a acção da vida partidária. (Correio 296, 6 out. 1927)

No terceiro texto, que ocupa só a primeira página, o cel. Padilha conserva o espírito republicano, mas assume um tom mais político, queixando-se do tratamento desigual recebido pelo ensino no interior em comparação com a Capital e lamenta que só uma ou outra cidade mais afortunada, como “Campinas, Piracicaba e Guaratinguetá, talvez por sua tradição de famílias consulares da República”, tenham obtido um ginásio e uma escola normal. Só no artigo seguinte, depois de um relato sobre a importância da democracia, o idealizador do Ginásio vai abordar aspectos mais pedagógicos, observando que existem três métodos para ministrar ensino à infância e juventude: o autoritário, o persuasivo e a força sugestiva, esta última

considerada por ele o melhor exemplo. Mas não se aprofunda em questões como as disciplinas a serem ensinadas, mantendo sua análise mais nas questões psicológicas do que pedagógicas no processo formativo. E por fim, no último artigo da série, retoma os ideais liberais nacionalistas:

Assim derrame-se eqüitativamente o ensino propedêutico por entre todos os filhos de São Paulo e o nosso futuro será grandioso e brilhante, não mais se repetindo os descalabros moraes e cívicos que têm ameaçado sinistramente a República. (Correio 302, 27 out 1927, p. 2)

Em síntese, nesses artigos o cel. Padilha supervaloriza o ensino secundário, reafirma ser essa uma possibilidade de ascensão social e pouco se manifesta a respeito das questões pedagógicas. Se recordarmos Nagle (ver Capítulo I) é possível observar que um dos dois eixos temáticos nos quais se manifestou o *otimismo pedagógico* naquele momento nacional – a discussão sobre o modelo de ensino, opondo espírito literário e espírito científico – fica praticamente ausente desse ideário. O outro eixo é o que recebe um pouco mais de atenção, com a supervalorização do secundário e sua democratização, bem como a possibilidade de ascensão social que esse nível de ensino oferece. Mas o ensino secundário continua sendo valorizado por sua preparação para o curso superior.

Contudo, o que chama a atenção no que ocorre em Sorocaba se verifica naquilo que Nagle (1976) considera o momento histórico de significação no estudo da escolarização brasileira - a reorientação do movimento reformista para o movimento renovador, que resulta na substituição do modelo político pelo modelo técnico, enfim retira os assuntos educacionais do debate político e circunscreve-os ao campo dos especialistas. Mas em Sorocaba isso não parece ocorrer nem como padrão de pensamento, nem como padrão de realização.

O debate local sobre a escolarização assume um caráter político, tanto que o idealizador da escola e porta-voz dos defensores do ginásio não é alguém ligado à área pedagógica, embora diversos professores tivessem se manifestado nessa polêmica, e sim o vice-presidente do diretório do Partido Republicano. A Câmara, por sua vez, escolheu o diretor do Ginásio para ser o Prefeito. E o primeiro ato oficial do novo alcaide foi municipalizar a escola. As discussões de caráter pedagógico pareciam passar longe das preocupações do debate educacional que se travava na cidade.

4.3 Escola é progresso

A municipalização do Ginásio e a criação da Escola Normal vieram acompanhadas de uma outra instituição escolar pública, esta sim gratuita: a Escola Profissional Mista, que havia sido legalmente criada mas não instalada.

A reivindicação pelos três estabelecimentos aparece na base do acordo político para tirar o controle local do Partido Republicano das mãos de Vergueiro. Como relata Oliveira, quando convidado por Julio Prestes para assumir a oposição na Câmara, Gustavo Schereppel teria exigido como condição a criação de escolas para Sorocaba (1995: 33). E, embora a pressão maior tenha sido pela criação do Ginásio, uma escola profissionalizante tinha mais a ver com o perfil econômico da cidade, no entender do próprio governador do Estado. É o que se pode constatar a partir do testemunho de um ex-aluno, que produziu um livro com suas observações sobre a criação da escola profissional, ao fazer a narrativa de um dos encontros de Prestes com os Machados de Araújo:

Dona Amélia, com o primeiro filho a estudar fora de Sorocaba, vivia inconformada com isso. Certo dia planejara pedir ao Governador uma escola. Amadurecida a idéia, e já do conhecimento do marido, tocara no assunto, pedindo a Julio Prestes que criasse ao menos um ginásio em nossa terra. Ao que ele retorquiu: “Para Sorocaba, cidade tipicamente industrial, melhor caberia uma Escola Profissional. E que qualquer outro tipo estaria, talvez, fora das possibilidades de nossa população, constituída de operários”.

[...] Julio Prestes apenas pediu que lhe arranjassem um prédio de dimensão adequada, para a instalação rápida e provisória do estabelecimento. E depois, com mais calma, seria providenciada a construção do prédio próprio. (OLIVEIRA, 1995, p. 31)

O prédio, alugado pelo Diretório, ficava no centro da cidade, a uns 500 metros do Ginásio, na esquina das ruas Barão do Rio Branco com Álvaro Soares. E em outubro de 1928, quando ainda passava por reformas para abrigar a escola, foi o local escolhido para a realização de uma das duas festas feitas em comemoração à vitória da ala dissidente do Partido Republicano nas eleições realizadas naquele mês, que nem chegou a se caracterizar nas urnas pois os vergueiristas, na iminência da derrota, retiraram suas candidaturas momentos antes do pleito:

Aos eleitores pobres ofereceram um churrasco regado a chope, no prédio da futura Escola Profissional [...] Aos ricos, um “profuso copo de champanhe” no Clube União Recreativo. (VIEIRA, 18 mar. 1986)

A escola entrou em funcionamento em junho de 1929, tendo como vice-diretora a esposa do então ex-diretor do Ginásio, Amélia Machado de Araújo, que assumiu a direção da ala feminina no ano seguinte, quando esta se mudou para novo prédio apartando-se da seção masculina. Tal como era o entendimento de Julio Prestes, e em conformidade com as observações de Roque Antunes que haviam motivado a série de artigos do cel João Padilha no *Correio* em 1927, a Escola Profissional vinha para suprir aquela que talvez fosse a principal lacuna na instrução escolar considerando-se o perfil da cidade. Tanto é que ela surgiu “oferecendo logo no ano de sua instalação o Curso de Tecelagem a fim de especializar mão-de-obra para as indústrias de tecelagem em ascensão no final do século XIX” (BOSCHETTI; MACEDO; AMARO 2006, p. 136). No ano seguinte, de acordo com Estatística Escolar divulgada em 1931, a Escola Profissional *Cel. Fernando Prestes*, como havia sido denominada desde o ano anterior, já contava com 910 alunos e produzia quase 64 contos em artigos manufaturados.

A Escola Normal, por sua vez, era também uma reivindicação antiga, embora não tenha assumido a mesma ênfase do Ginásio ao final da Primeira República e sim no começo dela:

O Jornal *Cruzeiro do Sul* em 1912 promoveu intensa campanha pela implantação de uma Escola Normal. Nela, nos primeiros momentos, jogava com o otimismo para obter apoio popular, dizendo que, ao iniciar a campanha pela criação da “Escola Primária Normal”, tinha “quase certeza” de que a idéia seria vencedora, devido, sobretudo à nobreza e utilidade da mesma e já que a população “se batia ao lado e procurava todos os meios para que essa idéia fecunda, esse desejo enorme se tornasse realidade, nada mais justo do que a cidade fosse contemplada com essa escola”. (MENON, 1997, p. 39)

Na série de artigos em que defende a implantação de Escola Normal, o jornal, que já apoiava Vergueiro, afirma que em 1893 Sorocaba havia cedido seu direito de possuir uma Escola Normal a Itapetininga, pois estava no “fastígio de seu progresso industrial” e, portanto, escola não era elemento primordial, enquanto o município vizinho, “um povo amigo, uma cidade amiga”, carecia da animação do progresso. A campanha movida pelo jornal em agosto tem outro desfecho na Câmara, em outubro: Luis Vergueiro apresenta um projeto de lei pedindo a instalação de quatro escolas preliminares para a cidade, mais nada. Dias depois, o jornal publica, em sua segunda página, uma nota enaltecendo a infatigável luta de Vergueiro pela instrução pública.

Vê-se que o jovem parlamentar está decidido a trazer o progresso e o adiantamento para esta opulenta zona do Estado e cada vez mais o distinto deputado e político atrai sobre si a admiração e a simpatia da população sorocabana que já o tem mesmo na conta de um dos seus mais ilustres e dedicados filhos. A campanha do jornal termina nesse dia. (MENON, 1997, p. 41)

A Escola Normal só seria criada 17 anos depois, em 1929. E com o retardamento da instalação de escolas secundárias na cidade, o vergueirismo estava *dando um tiro no próprio pé*:

Os sorocabanos que precisavam ver seus filhos formados precisavam enviá-los para fora a cursar o ginásio, a escola normal ou as escolas superiores. Assim é que o vergueirista João Clímaco de Camargo Pires, em 1915, foi obrigado a mudar-se para Itapetininga, a fim de que seus filhos estudassem; em 1916, Carlos Malheiros Oeterer, mudou-se para Campinas pelo mesmo motivo e, em 1926, foi a vez do vergueirista Joaquim Firmino de Camargo Pires, fundador e proprietário do Cruzeiro do Sul. Vendeu este jornal e mudou-se para São Paulo. (VIEIRA, Cruzeiro do Sul, 23 fev. 1986, p. 27)

As causas que levaram o senador Vergueiro a se opor à ampliação do nível de escolarização do sorocabano deveriam sem dúvida merecer um capítulo num estudo mais aprofundado sobre o perfil daquele que foi um dos últimos *caciques* da política sorocabana na Primeira República, cujo nome está associado tanto ao desinteresse por escolas secundárias quanto ao empenho por outras realizações, como ter sido um dos mais atuantes membros da Comissão que conseguiu a instalação da Diocese local, em 1924.

Mas a priori, talvez seja permitido deduzir que com essa posição, o político sorocabano estava trabalhando contra si próprio. Pois como aponta um estudo sobre esse período, o objeto da disputa política entre as facções peerrepistas sorocabanas no final dos anos 20 do século passado materializou-se em uma instituição nascida mais de duas décadas antes, exatamente para preservar os interesses da oligarquia então no poder. Conforme mostra Nadai, o ensino secundário oficial foi criado no Estado de São Paulo em 1894 – através da lei 88, de 8/9/1892 – mas implantado somente dois anos depois, após serem expurgadas o que a historiadora considera como avanços contidos no projeto inicial.

O simples fato dessa primeira lei não ser implantada e, ainda, aqueles aspectos mais inovadores, nela contidos, terem sido eliminados, quando da elaboração das demais leis referentes à educação no período tratado, nos atestam a existência e a atuação das forças conservadoras trabalhando no sentido de 'segurar' o processo de inovações percebido através dessa lei. De fato, quando as forças representadas pelo agrarismo paulista – o PRP – através da aliança com Floriano Peixoto, conseguiram dominar o processo no

Estado, não vêm mais necessidade de realizarem alianças ou compromissos com grupos representativos de outros interesses, objetivando equilibrarem a situação. Daí a elaboração de outras leis educacionais onde basicamente os interesses desse grupo estão representados. E a criação e instalação do Ginásio do Estado são um exemplo significativo desse processo. A instituição já nasceu conservadora”. (NADAI, 1987, p. 55)

Em defesa de Vergueiro, é possível argumentar que a expansão do ensino secundário público, exatamente por suas características, não foi uma prática na política educacional da República Velha. Até Roque Antunes, o professor que motivou a série de artigos do Cel. Padilha, reconhece isso em uma nota publicada no *Correio* em 29/9/27, uma espécie de retratação em que afirma que sua pretensão era ver o diretório empenhar-se por uma escola profissionalizante porque seria mais fácil conseguir, “pois um estabelecimento estadual de ensino é uma aspiração difícil, haja vista seu número insignificante em nosso Estado”. Pelas suas contas, havia três ginásios em funcionamento e dois criados e ainda não instalados. A abordagem que Nagle faz da questão pode ampliar mais nosso entendimento do porque isso acontecia:

A escassez de estabelecimentos define, é certo, o caráter altamente seletivo do ensino secundário. Há a considerar, porém, que ao fator quantitativo – decorrente da própria política adotada pelo Estado – somam-se outros na determinação da pequena fração de jovens com oportunidade de estudos secundários. À base do secundário, padrões econômico-sociais, pedagógicos e político-administrativos contribuem para que este ensino seja seletivo e, sobretudo, preparatório. Taxas, selos e contribuições concorrem para que as escolas secundárias – públicas e particulares – além de reduzidas em número, sejam instituições pagas e, mais do que isso, caras. (...) Dada a situação de ordem econômica e social que, assim, se configura, são os jovens afortunados que se beneficiam do ensino secundário. É preciso reconhecer, entretanto, que – dentro de limites estreitos é certo – há também oportunidades para os menos afortunados. (NAGLE, 1976, p. 146/147)

Mas há um outro dado em desfavor de Vergueiro, além de ele posicionar-se contra uma instituição que, em essência, foi moldada para defender os interesses de sua própria classe: naquela época, deter poder político regional era uma condição bastante privilegiada para obter dividendos. De acordo com uma publicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a descentralização do final do Império foi acompanhada pelo fortalecimento legislativo na esfera estadual. “A República Velha foi o período da história republicana em que o Poder Legislativo concentrou maiores atribuições na esfera estadual” (CALIMAN, 1998, p. 67). E o

nome de Luiz Pereira de Campos Vergueiro aparece, nessa obra, entre os deputados eleitos pelo 4º Distrito desde a 8ª Legislatura, iniciada em 1910, até a 13ª, que vai de 1925 a 1927.

Na já citada dissertação sobre a Escola de Farmácia e Odontologia de Itapetininga, Ferreira escreve que a cidade apresentava crescimento mais cultural e populacional do que econômico, “pois o grande número de escolas ali estabelecidas provoca, muitas vezes, a mudança de famílias inteiras para se fixarem nessas terras”. Motivo de críticas de outras cidades com mais dinamismo econômico, como Campinas, Piracicaba e até Sorocaba, essa situação era explicada pelo poder de um coronel da Primeira República.

A essas circunstâncias que rodearam a ascensão do Coronel Prestes e sua família, deve, em grande parte, a cidade a sua projeção. Itapetininga era uma pequena cidade sem grande pujança econômica, quando circunstâncias políticas a fizeram sede de uma das primeiras escolas normais do Estado. (NOGUEIRA, apud FERREIRA, 2004, p. 105)

A relutância em lutar por uma instituição de ensino superior, assim, tanto pode ser um sinal da falta de prestígio que Vergueiro gozava à época no plano estadual como, também, de seu desinteresse em incentivar a criação de uma escola que era reivindicada pelos desafetos. E esses, por sua vez, talvez vissem na escolarização a possibilidade de ascensão de uma ainda incipiente classe média - como se evidencia pelo perfil econômico dos anti-vergueiristas - que aos poucos ia assumindo o poder econômico e político.

O crescimento quantitativo das classes médias urbanas, nesse período, é o que Basbaum considera um dos fatos mais importantes no que diz respeito à evolução social das cidades. “Designamos classes médias urbanas todas aquelas categorias que se colocam entre o proletariado e a grande burguesia urbana”, identifica ele (1976, p. 171) enquadrando nessa categoria não só pequenos fabricantes, comerciantes e artesãos, como também o funcionalismo público, as profissões liberais e intelectuais.

Novamente é uma observação feita por Nagle que nos permite ampliar ainda mais a compreensão do papel desempenhado por essa classe em Sorocaba, por ela não reproduzir exatamente o que se verifica em dimensão nacional:

Evidentemente, as transformações sociais que então se operam apresentavam tendência a reestruturar os setores político, econômico e social e por essa via, tendiam a provocar modificações no setor da cultura. Neste último caso, as conseqüências não chegaram a se manifestar no

domínio da escolarização secundária. As transformações porque passam o processo de ramificação social não provocam, ainda, repercussões nesse ramo escolar. Ao que parece, o desenvolvimento mais robusto dos setores intermediários – a classe média – teria sido um elemento importante a pressionar, nesse sentido, desde que, na escola secundária, encontrariam um dos poucos canais de ascensão social. Contudo, os setores intermediários, no período, formavam um contingente pouco atuante como força social, isto é, sem condição ou poder para pressionar nesse sentido. (NAGLE, 1976, p.156)

No episódio do Ginásio sorocabano, essa camada média estava ganhando robustez e poderio político sem se diferenciar tanto do poder a que estava defenestrando, como registra um ensaio elaborado a partir de uma dissertação sobre a importância da atuação política das camadas médias urbanas brasileiras:

Ou seja, as dissidências oligárquicas procuravam democratizar o sistema político apenas na medida necessária à ampliação das suas possibilidades de ascensão ao Poder. Essa ausência de radicalismo no seu projeto democratizante não se chocava com os anseios das classes médias urbanas; ao contrário, fazia um casamento perfeito com as concepções políticas alimentadas pelos setores mais atentos destas camadas, isto é, os grupos tradicionais. (SAES, 1975, p.72)

Mas o grupo dissidente encontrou um diferencial para se fazer distinguir de Vergueiro: a escolarização. Ampliar o nível de instrução escolar do sorocabano não só foi uma das principais bandeiras da luta do Diretório, como também esse fato era associado ao progresso. Na primeira edição de janeiro de 1928, na qual traz a nota do Diretório informando que o Ginásio Municipal iria sair com ou sem a subvenção da Câmara, o *Correio* publica, sob a vinheta *Sociaes*, um comentário ironizando Vergueiro, embora sem citar seu nome, chamando-o de *sebastianista*. Na edição do dia 5, comentando novamente a decisão da Câmara, o jornal classifica o Diretório de *progressista*, pela intenção de criar o Ginásio com ou sem o auxílio municipal. Essa associação aparece diversas vezes ao longo da polêmica que se trava durante todo aquele ano.

Uma outra bandeira da qual o Diretório se apropria é a do purismo republicano e do fervor nacionalista que, como vimos no capítulo I, surge no início da Primeira República, sofre um arrefecimento e reaparece, embasado num novo ideal nacionalista que, aliado às transformações econômicas, políticas e sociais, vai resultar, em dimensão nacional, no *entusiasmo e no otimismo*.

Se na primeira edição do *Correio* de 1928 Vergueiro é associado ao atraso, na edição que abre 1927 (1 jan. 1927) ele é identificado com a traição dos ideais republicanos. Em coluna assinada como Editorial, na primeira página, o jornal traz

comentários sobre o processo que Luis Vergueiro moveu contra Diogo Salles, um “republicano de ideais puríssimos e zeloso guarda dos sagrados princípios de seus maiores, dos quais a política situacionista local se acha desviada pelo espírito anti-liberal de seu chefe”.

Essa desavença, por sinal, motivou o afastamento de Sales da Promotoria até o julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, pois ele fora condenado em instância local. Absolvido, foi nomeado, por mediação de Julio Prestes, promotor em São Luis do Parahitinga e deixou o jornal sendo, nas notas sobre sua saída, novamente identificado com o purismo republicano. O próprio Salles, quando a polêmica sobre o Ginásio ainda era embrionária, não escondia sua orientação filosófica, bem ao estilo da Primeira República. Em nota de primeira página, logo após o retorno do jornal, que havia tido sua circulação interrompida desde a edição 279, de 3 abril, ele afirma:

A educação, no sentido moderno, não é somente o desenvolvimento do indivíduo, mas a sua adaptação ao ambiente social. É essa a concepção sociológica iniciada por Comte na sua política positiva. (CORREIO 281, 11 ago. 1927)

Outra fonte de expressão dos ideais republicanos e nacionalistas na Sorocaba de fins da Primeira República foi, sem dúvida, a Loja Maçônica Perseverança III que, não por acaso, esteve associada aos anti-vergueiristas durante toda a disputa pela instalação do Ginásio. Um estudo mais focado na política sorocabana daquela época, que escapa ao escopo deste trabalho, talvez venha a indicar que a desavença entre Vergueiro e os dissidentes do Partido Republicano pode ter tido origem na própria loja maçônica, já que o deputado também pertenceu a ela e dela fizeram parte quase todas as principais lideranças da ala dissidente e que se juntaram em defesa do Ginásio. Em obra na qual reúne atas daquela loja, Irmão (1994) nos mostra que, ainda em 1927, o *entusiasmo educacional* se fazia fortemente presente nos padrões de pensamento daquela instituição e a instrução escolar era um tema predominantemente político.

Na sessão de 24 de junho de 1927, por exemplo, o Venerável João Ferreira da Silva, em balanço de final de gestão, informa que os 425 mil e 200 réis angariados em coleta na sessão em homenagem à Diogo Salles pela vitória na pendenga jurídica contra Vergueiro, foram doados para os asilados do *Manicômio dr. Luiz Vergueiro* e contabiliza em 4 contos e 960 mil réis o total de contribuições da

loja àquela instituição durante o ano. Diz ser essa uma soma considerável, mas que isso só vem demonstrar a utilidade daquela irmandade que,

não podendo talvez, por circunstâncias várias que me não compete agora indagar, atingir os verdadeiros objetivos da Ord., sob o ponto de vista filosófico, e que vêm a ser as finalidades imediatas da velha instituição – realiza, entretanto, os fins imediatos, urgentes, que são a filantropia, a solidariedade humana e a difusão do ensino entre os menos favorecidos da fortuna. É considerável a quantia, não há dúvida, mas diz-me a consciência que o nosso dever foi cumprido, e é quanto basta. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 525).

Na sessão de 18 de julho, Ferreira da Silva torna a se queixar da perseguição de Vergueiro, lamenta que ele demonstre uma *grande ingratidão* contra a Loja na qual se fez maçonicamente e o grão-mestre Isaias Antunes Galvão pede que seja feita a leitura de uma carta enviada ao governador rebatendo uma denúncia feita pelo Senador Vergueiro de que a instituição havia se filiado ao Partido Democrático e que este tinha virado opositor desde a candidatura de Arthur Bernardes à presidência:

Ora, Exmo Sr, é flagrante a inverdade nesse tópico allegada, porquanto, muito antes dessa candidatura o Senador Campos Vergueiro já havia rompido com a Loja, della sendo forçado a retirar-se pelas perseguições que fazia, insistente e cruelmente, contra os consórcios daquela Instituição e contra ella mesma, tentando, por várias vezes, subrepticamente, retirar della a subvenção do Governo do Estado para a manutenção de suas Escolas Nocturnas gratuitas. Enquanto V. Exma. foi representante deste 4º Distrito elle não conseguiu retirar essa subvenção que foi afinal cortada, desde que os serviços de V. Excia. foram reclamados na Câmara Federal. (p. 531/532)

Na compilação das atas feitas por Irmão, a instrução gratuita e o Ginásio Municipal aparecem como temas freqüentes, o que só confirma o apoio dado pela instituição maçônica ao Ginásio. Reafirmando isso, depois de um ano da inauguração da escola, e na iminência da mudança do estabelecimento para outro prédio, o prefeito João Machado de Araújo envia uma carta de agradecimento, lida em uma das sessões:

Venho hoje a presença dessa Augusta e Benemérita Loja para cumprir o gratíssimo dever de agradecer aos relevantes serviços, prestados por essa importante sociedade, á causa da instrução, concorrendo com seu auxílio valioso e desinteressado para que a idéia de criação de um Gymnasio e de uma Escola Normal nesse município não perecesse, antes se tornasse na mais palpitante das realidades. Primeiro Director do *Gymnasio Municipal de Sorocaba* e hoje Prefeito Municipal, venho trazer o meu duplo agradecimento, de cidadão, que encontrou, no momento preciso, o apoio material e valioso da realização de

tão grande empreendimento e, de, Governador da Cidade, em nome do povo beneficiado, o apoio, que lhe foi prestado por essa útil instituição, cujo nome está ligado a tantos e tão grandes actos de benemerência e que, no momento propício, poz á disposição do Gymnasio o seu prédio a rua Barão do Rio Branco com o material escolar, que nelle existia, para o funcionamento desta casa de ensino – sem ônus de qualquer espécie, pelo tempo que fosse. (Ibidem, 553)

Para abrigar as classes noturnas e as duas escolas diurnas, o referido prédio teve que passar por reformas, havendo necessidade de suspender as aulas da noite, como ficou registrado na ata de reunião da Perseverança de 13 de fevereiro de 1928, ocasião em que Renato Mascarenhas faz um *pedido verbal* do diretório do PRP para que a Loja mantenha a oferta feita à Prefeitura no ano anterior, às vésperas da votação do projeto de Gustavo Schereppel, e que ficou sem resposta, de ceder as instalações das escolas noturnas.

Diante de tais acontecimentos, não se pode dizer que foi mera coincidência o primeiro ginásio público sorocabano ter começado a funcionar, simultaneamente, no mesmo prédio em que foi implantada a primeira escola noturna gratuita da cidade. Trata-se do resultado de um processo ideológico iniciado três décadas antes, uma vez que ambas as instituições escolares nasceram embasadas nos mesmos ideais - nacionalistas, liberais e republicanos - que caracterizaram um momento de significação na história da educação escolar brasileira. No plano local, embora separadas cronologicamente, as duas escolas acabam se encontrando em uma mesma dimensão histórica, na medida em que parecem ter surgido no embalo das idéias do *entusiasmo educacional*, que, entre outros fatos, coloca a escolarização no centro do debate político. E essa pode ser uma particularidade na história da educação sorocabana, uma vez que em dimensão nacional é outro o momento de significação: é o *otimismo pedagógico* que está emergindo no debate sobre a educação escolar. E nele esse debate vai se restringindo cada vez mais aos *técnicos*, que vão preparando o terreno ao escola-novismo, que irá vingar na década seguinte.

É significativo, assim, que em Sorocaba o prédio que durante o dia servia para formar e preparar as *elites*, à noite destinava-se a ensinar o básico aos *pobres*.

4.4 Um Ginásio, enfim, gratuito!

Essa divisão social ficaria ainda mais patente logo depois, tendo novamente o prédio do Ginásio como fator de expressão de tal antagonismo, pois o estabelecimento que, dizia-se em favor de sua fundação, representava os “anseios do povo sorocabano” foi um dos principais alvos das manifestações populares em comemoração à Revolução de 1930. Embora esse período escape ao recorte temporal definido para este trabalho, é interessante observar que no tempo transcorrido entre a Revolução e a transferência da escola para o governo estadual, a cidade passou por turbulências políticas e o ginásio, com maior ou menor ênfase, sempre esteve envolvido em polêmicas. E elas merecem ser destacadas por representarem a continuação de um fato histórico que só vai estar plenamente concluído em 1936, quando o primeiro ginásio público de Sorocaba passa a ser, de fato, público e gratuito. Ou, dependendo da abordagem que se queira fazer, só mesmo se concluiria em 1956, quando o então *Colégio Estadual Julio Prestes de Albuquerque* passa a oferecer o curso ginasial noturno, criando aos que trabalhavam durante o dia a possibilidade de prosseguirem seus estudos freqüentando uma escola pública e gratuita

Quase três décadas antes que isso acontecesse, e diante do crescimento da demanda pelas escolas diurnas, a Prefeitura alugou, no início de 1929, um imóvel no centro da cidade – à rua Álvaro Soares, local em que atualmente funciona um clube social, o Estrada de Ferro Sorocabana – e instalou aí o Ginásio e a Escola Normal, iniciando então um movimento para a construção de um prédio próprio para abrigar as duas escolas.

A planta estava pronta desde julho de 1929, elaborada pelo engenheiro Julio Bierrenbach de Lima, que também lecionava na escola, e previa o térreo ligado ao andar superior por uma ampla escadaria, ambos os pavimentos “amplamente rasgados de largas janelas, que garantem abundância de luz”, como descreveu o *Correio de Sorocaba* na primeira página da edição de 25 de janeiro de 1930, preparada em homenagem à vinda de Julio Prestes a Sorocaba e que trazia até o desenho feito pelo engenheiro. E o local de sua instalação também estava definido: o Jardim dos Bichos – a atual praça Frei Baraúna, onde se situa a Casa da Cultura do Estado – à época a principal área pública de lazer da cidade. A decisão causou

descontentamento popular e foi alvo de muitas críticas. Mas a Prefeitura tocou a obra adiante.

Seus alicerces foram abertos e a 14 de julho lançaram a pedra fundamental. Nas cerimônias falaram o prefeito João Machado de Araújo, em nome da Câmara Municipal, e o prof. Renato Fleury, em nome do diretório republicano, do corpo docente do Ginásio e normal e também do jornal *Cruzeiro do Sul*.

A urna inserida na primeira pedra, além de guardar a ata assinada e lavrada pelos presentes, teve também jornais da véspera, paulistanos e sorocabanos, além de moedas circulantes na época. (VIEIRA, *Cruzeiro do Sul*, 6 abr. 1986)

O troco vem em outubro de 1930, com a Revolução da Aliança Liberal. Comemorando a vitória getulista, manifestantes empastelaram o *Correio de Sorocaba*, maior defensor do ginásio e que havia, então, se tornado o porta-voz da Prefeitura e da Câmara Municipal. Apedrejaram as casas das principais lideranças republicanas e defensores do ginásio, como João Machado de Araújo, João Ferreira da Silva, Renato Fleury, Simpliciano de Almeida, Renato Mascarenhas e João Padilha de Camargo. Não satisfeitos, atacaram os alicerces da escola, como noticia o *Cruzeiro do Sul*:

A 1 hora da madrugada, ainda continuavam as manifestações. Subindo para o Jardim Público da Praça Frei Baraúna,,o povo invadiu-o, presenciando-se, então, um espetáculo curioso. Dois ou três homens com enxadas, que não se sabe de onde saíram, outros com paus e outros ainda com os pés procuravam todos encher com a pouca terra ali existente, as enormes valetas mandadas abrir pelo diretório a pretexto de construir o prédio das escolas. Como é sabido, todos os sorocabanos repeliram com indignação esse plano de destruição da única praça pública de nossa terra. E ali estavam numa tentativa infeliz, mas dominados de verdadeira loucura, a querer recompor o logradouro. (Ibidem)

A escolha do único jardim público da cidade para a instalação do Ginásio, além de demonstração de insensibilidade política, pode ter sido uma atitude revanchista contra Vergueiro, pois ele residia na mesma praça. Mas este provavelmente não revidou com a destruição dos alicerces da escola, pois a essa altura as duas alas peerrepistas estavam unidas para enfrentar um inimigo maior: os novos governantes da cidade “também caíram com a Revolução de 30 com os mesmos a quem combateram, mas juntos se reergueram na epopéia de 32. Em 33, juntos venceram numa Frente Única” (ALMEIDA, 2002, p. 369).

Assim, talvez seja possível deduzir que o ato tenha manifestado não só a insatisfação popular contra a classe política dirigente, mas também uma certa indignação por uma escola à qual a maioria não teria acesso. Tanto que a

demolição dos alicerces passou a ser motivo de deboche por parte dos próprios alunos do Ginásio que instituíram, como trote aos calouros, a “lamentação pela alma do prédio do Ginásio”, como informa notícia do *Cruzeiro do Sul* de 24 de março de 1933 dando conta de que naquela ano não aconteceria a *lamentação de praxe* devido ao mau tempo.

Obviamente, pela extensão das manifestações, não se deve atribuir apenas ao ginásio o descontentamento popular contra os dirigentes políticos, nem foi ele o único alvo dos desabafos. No dia 27 de outubro de 1930, três mil pessoas se concentram na *Praça Coronel Fernando Prestes*, a principal da cidade, e mudam sua denominação para *Praça João Pessoa*, em alusão ao governador da Paraíba assassinado em 28 de julho, em um crime que nada teve de político, mas foi utilizado como bandeira para a Revolução. No interior de um clube social, o União Recreativo, que ficava em frente a praça, um republicano, Jovino Soares, se desentende com a multidão, e dispara um tiro para o ar. Os manifestantes invadem o clube, batem nele e ainda levam seu carro, de capota conversível, e o incendiam nas proximidades do rio Sorocaba (CRUZEIRO DO SUL, 30.000 EDIÇÕES..., 2005, p. 87). Mas não deixa de ser significativo que, em meio a esse turbilhão, um dos principais meios de expressão dos padrões de pensamento manifestados pelos defensores da escola tenha sido liquidado:

Fechando esse parênteses e voltando às arruaças do dia 25 de outubro de 1930, lembrarei que o Correio de Sorocaba, porta-voz do Diretório, da Câmara Municipal e da Prefeitura, foi empastelado. O povo jogou pela janela tudo quanto era inflamável e na rua, ateou fogo. Martelou os maquinários, estragou os tipos, enfim, inutilizou o jornal que tanto batalhou pelo Ginásio. (VIEIRA, *Cruzeiro do Sul*, 6 abr. 1986)

O Ginásio também vai ser motivo de dores de cabeça para os interventores getulistas. O primeiro deles, Otacílio Malheiros, logo no início de seu mandato, tem que desmentir boatos de que as escolas seriam fechadas por contenção de despesas e informa ao *Cruzeiro do Sul*, na edição de 12 de janeiro de 1931, que estava dando andamento aos papéis pedindo a inspeção da Escola Normal e que os 14 contos de réis para pagar o professor fiscal iriam ser enviados naquela semana. Mas que, diante da difícil situação econômica da Prefeitura, haveria uma redução de 50% nos salários dos professores e do pessoal administrativo do Ginásio, que tinha então um novo diretor – o professor Achilles de Almeida.

Com outro prefeito, David Alves de Ataíde, aconteceu pior. Primeiro interventor federal nomeado depois da Revolução Constitucionalista de 1932, ele foi assassinado em frente ao Gabinete de Leitura Sorocabano, no centro da cidade, durante uma manifestação pública e uma das hipóteses para o crime, que nunca foi esclarecido, é a de que sua decisão de regulamentar a cobrança das taxas e reduzir o número de gratuidades nas duas escolas teriam sido as causas. A possibilidade é aventada por Vieira em um dos artigos da série que publicou sobre o Ginásio, embora a versão mais corrente seja a de que o motivo teria sido o fato de ele ter decidido racionar a iluminação na praça central, criando com isso obstáculos para uma das principais atividades de lazer do sorocabano nos finais de semana, o “footing” a caminhada ao redor do coreto da praça.

Em depoimento prestado ao *Projeto Memória* do jornal *Cruzeiro do Sul* em setembro de 1980 Floriano Pacheco, que participou da manifestação em que ocorreu o assassinato, disse que o crime foi motivado pelo protesto contra o serviço de iluminação que a Ligth executara na praça: algumas moças, na janela do Gabinete, teriam visto quem atirou no prefeito, “mas nunca se falou em nomes” (*Cruzeiro do Sul*, 12 abr. 1991). Não obstante isso, Vieira acredita que a causa pode ter sido o Ginásio e a Escola Normal e apóia sua hipótese em vários fatos ocorridos em pouco mais de uma semana: nos dias 21 e 24 de janeiro, Athayde edita as leis que regulamentam as taxas e a gratuidade das escolas; dia 25, proíbe a utilização da praça central para uma manifestação de estudantes em comemoração ao aniversário de São Paulo; dia 26, o chefe da Casa Civil do Interventor Federal recebe um telegrama, assinado pelos “estudantes” sorocabanos, protestando contra a decisão. Dois dias depois, ao apagar a tapa as velas acesas durante a manifestação pública, que reuniu cerca de cinco mil pessoas na praça segundo jornais da época, recebeu dois tiros – um na mão esquerda e outro nas costas – falecendo no dia seguinte na Santa Casa local.

Todas essas coincidências não são estranhas? Uma lei que acaba com mordomias no dia 24, um pedido dos “estudantes” no dia 25, um protesto dos mesmos estudantes, ante o interventor federal de São Paulo, no dia 26, e a morte do prefeito no dia 30. Tenho a impressão de que tudo foi planejado, ainda mais se levarmos em conta que poucos meses antes, os sorocabanos lutavam contra a ditadura na Revolução Constitucionalista e que a nossa cidade esteve a ponto de ser invadida. O sangue ainda fervia. O ódio continuou por muito tempo. Será que a atitude dos ditos “estudantes” não foi um disfarce? Uma premeditação? [...] Eis aí uma faceta da História de Sorocaba que vale a pena ser investigada. (VIEIRA, *Cruzeiro do Sul*, 13 abr. 1986)

Talvez as duas versões se completem e o crime não tenha uma causa única, e sim seja resultante de uma série de fatores cujas origens podem ser identificadas na rixa registrada entre sorocabanos e gaúchos pós-32. É o que se pode deduzir pela maneira como o *Cruzeiro do Sul*, em sua edição nº 7.790 de 30 de janeiro de 1933, informa sobre o atentado, em manchete de primeira página. A nota sobre a ocorrência, intitulada ALVEJADO POR POPULARES NA PRAÇA CENTRAL DA CIDADE, O PREFEITO MUNICIPAL ESTÁ EM ESTADO GRAVE NA S.CASA, começa assim:

A Praça João Pessoa foi, hontem a noite, teatro de graves acontecimentos que têm sua explicação na animosidade crescente entre o nosso povo e o actual prefeito engenheiro dr. David Alves de Athayde, que é pessoa estranha ao nosso meio.

Essa animosidade corporificou-se ainda mais depois que o prefeito suprimiu a iluminação extraordinária da praça da cathedral, sem que explicasse à população os intentos que o animavam ao deixar ás escuras aquelle logradouro publico. E mais que se agravou o dissidio ao impedir a prefeitura que se effectuasse, no dia 25, no coreto da praça, um concerto musical comemoractivo da fundação de S.Paulo.

Na citada entrevista de Floriano Pacheco, ele afirma que o inquérito sobre o crime foi conduzido pelo delegado Otávio Ferreira Alves, enviado à cidade para apurar o caso, e que ele, “como bom paulista”, não levou a fundo as investigações. Nesse contexto, as medidas tomadas por Athayde em relação às escolas devem ter contribuído para aumentar essa animosidade. E pelas justificativas apresentadas pelo prefeito para seus decretos, eles podem ser interpretados tanto como medidas moralizadoras, diante de aparentes descabros administrativos, como de retaliação pelo uso político que se fazia das escolas.

O primeiro deles, o Ato Administrativo 11, foi firmado para corrigir uma lacuna deixada no 9º artigo da Lei 209, que não estipulava preços. Em seu decreto, Athayde estabelece, para a Escola Normal, taxas de 50 mil réis para admissão, 170 mil réis de anuidade, 100 mil réis para a obtenção do diploma e mensalidade de 30 mil réis. Para o Ginásio, as taxas foram fixadas, respectivamente, em 15 mil réis, 100 mil réis, mantendo -se os mesmos valores da Escola Normal para a obtenção do diploma e mensalidades. A medida foi adotada sob o pretexto de que até aquele presente momento não haviam sido fixados valores, sendo as cobranças feitas por “determinações verbais”. O decreto diz que “as taxas atualmente cobradas são por demais elevadas, o que torna difícil às pessoas de poucos recursos promoverem a

educação dos seus filhos” e finaliza afirmando que é dever do Poder Público “incrementar a instrução e torna-la acessível a todos”.

O outro Ato, de número 12, reduz para cinco o número de gratuidades em cada escola, sob a alegação de que “há sensível abuso na concessão das gratuidades estabelecidas”, pois muitos dos que dela se beneficiavam tinham condição de pagar pelos estudos. E assegura que a concessão do benefício a pessoas não necessitadas ocorre por simples razão de amizade pessoal e de interesse político “e vem prejudicar aqueles que na realidade querem estudar e não podem”. O benefício, a partir de então, somente seria concedido a quem apresentasse um “atestado de miserabilidade” expedido pelo juiz da Comarca e uma comissão iria rever, caso a caso, as 39 gratuidades, de um total de 240 freqüentadores, concedidas. As decisões do interventor, assim, poder ter desagradado a muita gente.

Os prefeitos seguintes, João da Costa Marques e coronel Ary Cruz, duraram pouco no cargo e em nada interferiram no dia-a-dia do Ginásio. Em setembro de 1933, assume o sorocabano Eugênio Salerno – o quarto prefeito a tomar posse naquele ano - que fica no posto até 1935 e é em seu mandato que se inicia uma campanha pública para a construção de um prédio próprio para as escolas. Alberto Trujillo doou o terreno para a construção do prédio, Álvaro Leite e a Diocese de Sorocaba doaram áreas que possibilitaram a abertura da rua onde ficaria a escola e a *Campanha do Tijolo*, como foi denominado o movimento, só foi concluída em 1936, com a doação do prédio à Prefeitura.

Encabeçada pelo *Cruzeiro do Sul*, que desde o final de 1928 deixara de fazer oposição sistemática ao Ginásio, a campanha não conseguiu obter todos os recursos necessários e obrigou o município a recorrer à empréstimos. Assim, o Ginásio e a Escola Normal continuariam a fazer parte das prioridades do prefeito Francisco de Paula Camargo, que substituiu Salerno – também assassinado na praça, em agosto de 1935. E foi a ele quem coube a regalia de assinar, em 6 de março de 1936, a escritura de doação do Prédio ao Estado. Antes disso, em 6 de dezembro de 1935, o Governo estadual havia promulgado uma lei aceitando da Prefeitura de Sorocaba as instalações que lhe seriam formalmente doadas três meses depois para que se consumasse, assim, a estadualização do Ginásio.

A escola, a partir daí, sai definitivamente do centro do debate político e as menções a ela vão rareando. Em fevereiro de 1944, torna-se Colégio Estadual e

dois anos depois recebe o nome de *Julio Prestes de Albuquerque* – no ano mesmo em que seu patrono falece, após de ter retornado do exílio em 1934, se isolado em sua fazenda de Itapetinga e retornado à política em 1945, para ser um dos fundadores da União Democrática Nacional, a UDN. Em 1957, por conta das reformas educacionais, passa a ser Instituto de Educação, mas um ano antes, como já nos referimos, passa a ter classes noturnas. E não deixa de ser significativo o fato de que a reivindicação para a abertura dos cursos noturnos não tenha sido resultado de um debate mais amplo, público e político, como o que cercara a escola em seus primeiros anos de funcionamento. Como informa Vieira, transcrevendo notícia sobre o assunto publicada pelo jornal *Folha Popular* em sua edição de 21 de abril de 1956, os esforços para conseguir essa benfeitoria são atribuídos ao diretor da escola:

O funcionamento do curso noturno do Colégio e Escola Normal Dr Julio Prestes de Albuquerque já é uma realidade em nossa terra, pois que, 120 alunos, distribuídos em quatro classes, estão freqüentando aquele estabelecimento de ensino estadual.

Foi graças a boa vontade do sr. Vicente de Paula Lima, secretário da Educação, do sr. Sólton Borges dos Reis, diretor do Departamento de Educação, do sr. Antonio Gaspar Ruas, inspetor federal, que o sr. Roque Ayres de Oliveira, diretor daquela modelar casa de ensino viu coroado de louros os seus esforços em prol desses auspicioso melhoramento.

A instalação do curso noturno naquele estabelecimento oficial é mais um grande passo dado pelos poderes governamentais no sentido de atender aqueles que só têm a noite para se dedicar aos seus estudos. Sabendo-se que Sorocaba é uma cidade de maioria operária, de povo trabalhador, obreiro de oficinas as mais diversas, nada mais justo que uma escola noturna, como o Colégio Estadual, abrisse novos horizontes aos anseios de seus filhos. (VIEIRA, Cruzeiro do Sul: 21 abr. 1993).

Essa é a trajetória do primeiro ginásio público sorocabano, que surgiu num momento de significação histórica mas que, como procuramos evidenciar ao longo deste trabalho, conservou certas particularidades que permitem deduzir que, enquanto nos campos político, social e econômico Sorocaba demonstra reproduzir o que ocorre em dimensão nacional, o que a situa entre aquelas regiões onde mais se evidenciaram as transformações que ocorriam na sociedade brasileira, no campo educacional tal não acontece, pois o momento de significação produzido em plano local parece se aproximar mais do *entusiasmo* do que do *otimismo*.

Mas se incorporarmos a essa nossa análise observações de outros autores, talvez seja possível deduzir que não há aí nenhum contratempo, pois embora Sorocaba pareça reproduzir um *entusiasmo* tardio, o que de fato pode estar

acontecendo em plano local é o particular tornar evidente algo que pode aparecer de forma implícita no geral.

Carvalho, na obra em que desafia a *doutrina* do transplante cultural presente na história da educação brasileira - segundo a qual a importação de idéias estrangeiras seria “mimetismo inseqüente” devido à fragilidade das classes dominantes nacionais em formular e impor projetos políticos de seu interesse -, questiona o fato de a passagem do *entusiasmo* para o *otimismo* ser vista apenas como um deslocamento dos debates educacionais do terreno político para o campo eminentemente técnico. Entre as razões de seu questionamento, aponta que a ênfase na qualidade do ensino em detrimento da difusão de escolas, o que caracteriza o *otimismo*, não foi decorrente tão-somente de razões pedagógicas, mas também de motivações políticas. “Dependendo de sua *qualidade*, a educação foi explicitamente valorizada, como instrumento político de controle social”. (CARVALHO, 1989, p. 50).

No caso do primeiro ginásio público de Sorocaba, fica mais do que evidente que a escola secundária foi um projeto, ainda que inconsciente, para que a classe em ascensão social ampliasse seu grau de instrução escolar e com isso a possibilidade de acesso ao ensino superior, o que lhe conferiria culturalmente o *status* que estava conquistando em outras áreas da vida social, econômica e política. E nisso reproduzia bem o que ocorria em dimensão nacional.

A Revolução de 1930 impediu que esse projeto se consolidasse da maneira como foi idealizado, pois os responsáveis por ele se viram destituídos do poder político. Mesmo assim, a Sorocaba da elite, ou a *Manchester Paulista*, obteve seu ginásio público gratuito ainda na Era Vargas, enquanto a cidade dos trabalhadores, a *Moscou Brasileira*, só vai poder freqüentar essa escola quase 30 anos depois de ela ter sido criada.

Mas essa já é outra História!

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar nesta dissertação, a partir do estudo feito por Jorge Nagle em sua tese de livre-docência, em dimensão mais ampla é possível observar em Sorocaba um quadro de transformações que aproximam a realidade local à conjuntura nacional. Mas no campo educacional, as similaridades não são tão acentuadas.

A partir da ressalva feita pelo autor em *Educação e Sociedade na Primeira República*, ou seja, a de que os requisitos de uma nova fase do Capitalismo, que provocam a mobilidade estrutural verificada no período por ele estudado, não se fixaram na sociedade brasileira como um todo, “pois as transformações se deram mais em determinadas regiões ou estados e menos, ou quase nada, em outros” (NAGLE, 1976, p. 98), procuramos situar Sorocaba naquele período, a Primeira República, tendo em vista que essa contextualização seria de fundamental importância para entender o nosso objeto de estudo, o primeiro ginásio público sorocabano. O que constatamos, e tentamos demonstrar em nosso estudo, é que parece existir, nos campos político, econômico e social, grande proximidade entre o particular e o geral.

Politicamente, por exemplo, embora a dissidência se verifique no partido que ocupa o poder, é uma nova classe, formada pela burguesia em ascensão, que busca o controle da situação. Para tanto, ela coloca em xeque a liderança de um antigo cacique político, associando-se para tal finalidade com um representante do coronelismo que está sendo defenestrado do poder nacional.

Economicamente, acreditamos ter deixado em evidência que é possível constatar a influência do modelo urbano-industrial na sociedade sorocabana, por ela reunir os fenômenos apontados por diversos autores, vistos ao longo deste estudo e sobretudo no segundo capítulo, como presentes nas manifestações dessa natureza. E também nesse aspecto, Sorocaba pode ser vista como uma região em que as transformações se fizeram mais visíveis, por encontrar uma sociedade de características marcadamente urbana, mercantil e industrial, o que pode ter sido um facilitador desse processo.

Essas particularidades também se manifestam no aspecto social, a ponto de a cidade ser classificada como *Moscou brasileira*, em oposição à pecha de

Manchester paulista imposta por forças ditas progressistas que emergiam nos cenários econômico e político.

Não obstante tal proximidade, no campo educacional, e naquilo que é mais significativo para a história da educação durante a República Velha, Sorocaba parece viver outro momento. Ao colocar a criação de um ginásio público no centro das discussões políticas, as lideranças locais perpetuam o *entusiasmo educacional* que, em dimensão nacional, está deixando espaço para o *otimismo pedagógico* nas discussões sobre a educação e a instrução escolar no Brasil.

Para melhor caracterizar essa observação, procuramos demonstrar que ao se referir a esses dois momentos da história da educação brasileira, Jorge Nagle criou uma categoria de análise com a qual os historiadores passaram a trabalhar nos estudos sobre a instituição escolar. Tomando-os como um momento histórico de significação, portanto, era fundamental aproximá-los da realidade local para melhor compreender como se reproduziu em Sorocaba, em padrões de pensamento e de realização, o fenômeno registrado no conjunto da sociedade brasileira.

Nesse contexto, o objeto de estudo desta dissertação, acreditamos, ganhou outra dimensão. Mais do que a história da implantação da escola em si, que envolveria aprofundamento no estudo de questões didáticas, administrativas e pedagógicas por exemplo, são os fatores que motivaram sua criação que passam a chamar a atenção, tendo em vista que é neles que se vai identificar melhor as categorias de análise com que trabalhamos.

E julgamos ter identificado nesse processo que os padrões de pensamento e realização reproduzidos em Sorocaba no final da Primeira República no campo da instituição escolar aproximam-na mais do *entusiasmo pela educação* do que do *otimismo pedagógico*, embora não seja esse o momento histórico vivido nacionalmente.

Obviamente, não se trata de uma questão fechada. Como vimos ao final do terceiro capítulo, até esse deslocamento do *entusiasmo* para o *otimismo* pode descortinar um interesse político de utilizar a instrução como instrumento de controle social, aspecto não aprofundado no presente trabalho. O que se espera com este estudo, tão-somente, é oferecer uma contribuição para o aprofundamento de pesquisas que considerem a educação escolar em sua multiplicidade, ou seja, como um elemento que deva ser levado em conta juntamente com as condições de

existência material, oferecidas pelos segmentos político, econômico e social, e com os aspectos gerais da cultura em que se insere.

É a combinação desses elementos que vai oferecer a possibilidade de compreender a realidade social em sua totalidade.

Como vimos, em Sorocaba a educação escolar ao final da Primeira República esteve, tanto em padrões de pensamento quanto de realização, fortemente vinculada a interesses políticos que refletiam a ascensão de uma classe econômica e o descontentamento de um *povo* então nascente, como pode ter ficado constatado com os episódios registrados na cidade durante a Revolução de 30.

Outros estudos nessa direção seguramente vão permitir que se compreendam as reais motivações de Vergueiro para se opor à instrução secundária, o papel da maçonaria local na difusão dos ideais liberais e nacionalistas, tendo a escolarização como um dos instrumentos para difusão dessas idéias, e até a importância do *Estadão* na formação da elite dominante em fins do século XX que, por sinal, era, como já foi dito, o objetivo inicial deste trabalho que aqui termina.

REFERÊNCIAS

- A GRANDE FAMÍLIA. *Jornal Brasileiro de Cultura*. Disponível em <<http://www.jbcultura.com.br>. > Acesso em 23 mar. 2003
- ALEIXO IRMÃO, José. *A P III em Sorocaba*. Sorocaba, SP, Fundação Ubaldino do Amaral, 1994, v. 2
- ALMEIDA, Aluisio de. A instrução na Sorocaba de outrora. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 15 out. 1978, p. 22
- _____. *História de Sorocaba*. Sorocaba, SP, IHGGS, 1996
- _____. *Sorocaba, 3 séculos de história*. Itu, SP, Ottoni, 2002
- _____. Um pequeno resumo da história do ensino em Sorocaba. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 06 set. 1979, p. 32
- AMARAL, Antonio Barreto de. *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980 (Coleção Paulística, v. 19)
- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *Instrução pública no Estado de São Paulo. A reforma de 1920*. São Paulo: FAE/USP, 1976
- ARAUJO, Cláudio César Machado de. A propósito da criação do ginásio municipal. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 19 jan. 1986
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001
- BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no império – comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*, 6ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1997. v. 2
- BONADIO, Geraldo. *Sorocaba: a cidade industrial (Espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)*. Sorocaba, SP, Linc, 2004
- BOSCHETTI, Vânia, MACEDO, Eliza Sâmara, AMARO, Pires Vanelli. Fundindo, tecendo, trilhando... Aspectos da Educação Profissional em Sorocaba. *Revista Histdbn On-Line*, Campinas, SP, n. 21, p.131-140, 2006,
- BUENO, Eduardo. *História do Brasil. Os 500 anos do país em uma obra completa e atualizada*. São Paulo: Folha da Manhã/Zero Hora/RBS Jornal, 1997
- CALIMAN, Auro Augusto, (coord.). *São Paulo (Estado) - Assembléia Legislativa - história. Parlamentares paulistas (1835-1998)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998
- CAPUTTI SOBRINHO, *Minha terra, minha gente. Crônicas*. Sorocaba, SP, FUA, 1995
- CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Coleção Tudo é História, v. 127)
- CAVALIERI, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p.27-44, jan/jun 2003
- 100 Anos de República – *Um Retrato Ilustrado do Brasil. 1919-1930*. São Paulo, Nova Cultural, 1989, v. 3

CLETO, Benedito. A instrução na Sorocaba de outrora. Ligeira visão retrospectiva I. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 15 out. 1978, p.22

_____. A instrução na Sorocaba de outrora. Ligeira visão retrospectiva II. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 29 out. 1978, p. 22

CORREIO DE SOROCABA, Sorocaba, SP, edições de 1927, 1928 e 1929

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000

CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP, Fundação Ubaldino do Amaral, março-junho 1986, 1977

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã. Da Colônia À Era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

DEBES, Célio. *Julio Prestes e a Primeira República*. 1ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1982

DIÁRIO DE SOROCABA, Sorocaba, SP, Diário de Sorocaba Jornal e Editora, 1998

DINIZ, Rodolfo Ernesto da Silva. *A evolução territorial do município de Sorocaba*. Sorocaba, SP, Linc, 2002

DODSWORTH, Henrique. *Cem Anos de Ensino Secundário no Brasil (1826-1926)*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v. 2

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 1974

FERREIRA, Cesário de Moraes Leonel. *Uma história da Escola de Farmácia e de Odontologia de Itapetininga: retaliações de Getúlio Vargas à terra de Julio Prestes?* Itapetininga, SP, Via Sete Editorial: 2004

FLEURY, Renato Sêneca. "Estadão" uma história de 50 anos. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 09 abr. 1978

GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1991, 2ª reimp.

ISTOÉ. SENHOR. *São Paulo 110 Anos de Industrialização – 1880-1913*. São Paulo, Editora Três, 1990. v. 1

LOVE, JOSEPH. *Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937*. In FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: Difel, 1997 v. 8

LEFBREVE, Henri. *O Marxismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979

MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1997

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. 7ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2000.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10 ed. Campinas, SP: Unicamp. 30 anos de economia.

- MELLO, Maria Regina Ciparrone. A industrialização do algodão em São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1983
- MENON, Og Natal. Educação em Sorocaba de 1768 a 1920. In *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, SP. V. 23-24 1998
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1992 (Série Princípios, v. 133)
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999
- NADAI, Elza. *O ginásio do estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. São Paulo: FAE/USP (Estudos e documentos), 1987, v. 26
- NAGLE, Jorge. *A Educação na Primeira República* In FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira, São Paulo: Difel, 1997, v. 9
- _____. *Educação e sociedade na Primeira República*. 1ª reimp. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley Neves. *Educação e política no Brasil de hoje*: São Paulo: Cortez, 1994, Questões de Nossa época.
- NUNES, Maria Thetis. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962, (Textos Brasileiros de Pedagogia 2)
- OLIVEIRA, Afonso Celso de. *Tudo começou na escola profissional. O ensino industrial como matriz para o trabalho no Brasil e América*. Sorocaba SP: Academia Sorocabana de Letras, 1995
- PACHECO, Floriano. Floriano Pacheco quase foi prefeito duas vezes. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 12 abr. 1991.p.3 Entrevista.
- PINTO JUNIOR, Arnaldo. *A invenção da "Manchester Paulista": embates culturais em Sorocaba (1903-1914)*. 2003. História da Educação. Fac. Educação, Unicamp, Campinas, 2003
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1972
- PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba*. São Paulo: ProEditores, 1999
- PROJETO MEMÓRIA. *Documentos sobre a história de Sorocaba*. Disponível em <<http://www.Cruzeironet.com.br>>. Acesso em 18 mar. 2003
- QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica* In FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira, São Paulo: Difel, 1997, v. 8
- REIS Fº, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal. Origem da escola pública paulista*. Campinas SP: Autores Associados, 1995
- REZENDE, Antonio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990 (Série Princípios, v.75)
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. Campinas: Unicamp/Hucitec, 1988
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira. A organização escolar*. Campinas SP: Autores Associados, 2000

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 20. Os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Ática, 1997, (Série Princípios, v.258)

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Teresópolis RJ: Vozes, 1978

SAES, Decio. *Classe média e política na Primeira República Brasileira*. Petrópolis RJ: Vozes, 1975

SANTOS, Elina O. *A industrialização de Sorocaba – bases geográficas*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999

SLENES, W. Robert. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In ----- *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, v. 2

SILVA, Paulo Celso da. *De novelo de linha a Manchester Paulista*. Sorocaba: Projeto Linc, 2000,

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOROCABA, 350 anos. Uma história ilustrada. Suplemento de: *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, ago. 2004

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 02 Set 2006.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Tudo é História)

30.000 EDIÇÕES. Mais de 100 anos de história de Sorocaba e do mundo em um único volume. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 23 out 2005

TRIVINÓS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995

VIEIRA, Rogick. Ginásio municipal I. Primórdios do ensino secundário em Sorocaba. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 02 fev. 1986, p. 24

_____. Ginásio municipal II. A lei 204. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 23 fev. 1986, p.27

_____. Ginásio municipal III. Antecedentes da fundação. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 09 mar. 1983

_____. Ginásio municipal IV. Instalação do ginásio. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, Sorocaba, 16 mar. 1986

_____. Ginásio municipal V. A lei 209. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 23 mar. 1986

_____. Ginásio municipal VI. A revolução de 1930. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 06 abr. 1986

_____. Ginásio municipal VII. Duas outras leis. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 13 abr. 1986

_____. Ginásio municipal VIII. Prédio das escolas. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 20 abr. 1986

_____. Um dia como hoje. Curso noturno no “Estadão”. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, SP, 21 abr. 1993

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia nacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas, SP : Papyrus, 1990

_____. ; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *Historia da educação. A escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994 (Coleção Aprender & Ensinar)

ZOTTI, Solange Aparecida. O Ensino secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. *Revista Histdbr*, Campinas SP, n. 18, junho de 2005, p. 29 – 44, junho 2005

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)